



CÂMARA MUNICIPAL DE MAUÁ S.P.

A COMISSÃO DA VERDADE DE MAUÁ

CRIAÇÃO

A Comissão Especial Temporária denominada **Comissão da Verdade do Município de Mauá** foi criada por meio do Requerimento 1.327/13, de autoria do Vereador Wagner Rubinelli (Processo 82.275).

Os trabalhos da Comissão da Verdade de Mauá foram iniciados entre 22 de outubro de 2013 e encerrados em 16 de março de 2015, tendo sido composta pelos vereadores Wagner Rubinelli (presidente), Edgard Grecco Filho (vice-presidente) e Ricardo Manoel de Almeida, o Ricardinho da Enfermagem (relator).

Essa Comissão teve como objetivo colaborar com a **Comissão Nacional da Verdade**, instituída pela Lei Federal nº 12.528, de 18 de novembro de 2011, e com a **Comissão da Verdade do Estado de São Paulo**, instituída pela Resolução nº 879, de 10 de fevereiro de 2012.

Buscou-se esclarecer os fatos e as circunstâncias dos casos de graves violações de direitos humanos ocorridos no Município de Mauá. Além disso, esclarecer os casos de torturas, mortes, desaparecimentos forçados, ocultação de cadáveres (e seus autores) e a identificação e publicização das estruturas, dos locais, das instituições e das circunstâncias relacionadas à prática de violações de direitos humanos e suas eventuais ramificações nos diversos aparelhos estatais e na sociedade brasileira, especificamente as que envolvem ou envolveram o Município de Mauá e seus cidadãos.



CÂMARA MUNICIPAL DE MAUÁ S.P.

PRINCÍPIOS

Os trabalhos da Comissão da Verdade de Mauá foram norteados pelos seguintes princípios:

- I - Interação democrática entre a Comissão da Verdade do Estado de São Paulo e a Comissão Nacional da Verdade, como instrumento de fortalecimento do direito a memória, a verdade e à justiça;
- II - Promoção de esclarecimentos em relação às graves violações de direitos humanos ocorridas no Município de Mauá ou praticadas por agentes públicos municipais, durante o período fixado no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal.

OBJETIVOS

Os objetivos da Comissão da Verdade de Mauá foram:

- I - Esclarecer os fatos e as circunstâncias dos casos de graves violações de direitos humanos ocorridos no Município de Mauá;
- II - Promover o esclarecimento circunstanciado dos casos de torturas, mortes, desaparecimentos forçados, ocultação de cadáveres e sua autoria;
- III - Identificar e tornar públicos as estruturas, os locais, as instituições e as circunstâncias relacionadas à prática de violações de direitos humanos e suas eventuais ramificações nos diversos aparelhos estatais e na sociedade;
- IV - Encaminhar aos órgãos públicos competentes toda e qualquer informação obtida que possa auxiliar na localização e identificação de corpos e restos mortais de desaparecidos políticos, nos termos do Artigo 1º da Lei Federal nº 9.140, de 04 de dezembro de 1995;
- V - Colaborar com todas as instâncias do Poder Público para apuração de violação de direitos humanos;



CÂMARA MUNICIPAL DE MAUÁ S.P.

VI - Recomendar a adoção de medidas e políticas públicas para prevenir violação de direitos humanos, assegurar sua não-repetição e promover a efetiva consolidação do Estado de Direito Democrático;

VII - Promover, com base nos informes obtidos, a reconstrução da história dos casos de graves violações de direitos humanos, bem como colaborar para que seja prestada assistência às vítimas de tais violações.

AUDIÊNCIAS PÚBLICAS

Foram realizadas 2 (duas) audiências públicas, a primeira em 25 de abril de 2014 e a segunda em 06 de agosto de 2014, ambas no Plenário Ruy Barbosa, na Sede da Câmara Municipal de Mauá, e denominadas **“DITADURA MILITAR: FATOS E CONSEQUÊNCIAS DAS PERSEGUIÇÕES”**.

Na oportunidade, prestaram depoimento, convidados por sugestão dos membros da Comissão, pessoas que, direta ou indiretamente, tinham relatos a fazer sobre o período da Ditadura Militar e as graves violações aos direitos humanos ocorridas, cujo rol é dado a seguir.

Na audiência de 25 de abril de 2014:

- o representante do Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico, Arqueológico e Turístico de Mauá (Condephaat-Ma), Professor William Puntschart
- o ex-deputado federal Ricardo Zaratini
- a representante do Centro de Memória e Resistência do Povo de Mauá e Região, Maria Júlia Oliveira Lobo
- o Padre José Mahon
- o ex-vereador de Mauá Olivier Negri Filho

Na audiência pública de 06 de agosto de 2014:



**CÂMARA MUNICIPAL DE MAUÁ
S.P.**

- a Coordenadora de Políticas de Direito à Memória e à Verdade da Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania da Prefeitura de São Paulo, Carla Juliana Picinati Borges
- o Padre Walfrides Praxedes
- Hélio Jerônimo da Silva
- Luiz Soares da Cruz
- a ex-vereadora de Mauá Diva Alves
- a professora mestre da Faculdade FAMA, Raquel Quintino.

As Atas das Audiências Públicas são as que seguem nas páginas seguintes.



**CÂMARA MUNICIPAL DE MAUÁ
S.P.**

CÂMARA MUNICIPAL DE MAUÁ

**AUDIÊNCIA PÚBLICA “DITADURA MILITAR: FATOS E
CONSEQUÊNCIAS DAS PERSEGUIÇÕES
REALIZADA PELA COMISSÃO DA VERDADE DO MUNICÍPIO DE
MAUÁ
25 DE ABRIL DE 2014**

PRESIDENTE DA AUDIÊNCIA – VER. WAGNER RUBINELLI

- Às 19h50min, o Senhor Presidente, Vereador Wagner Rubinelli, dava por aberta a presente Audiência Pública -

O Sr. JORGE SEQUEIRA SANTIAGO CARVALHO – Mestre de Cerimônia - Senhoras e senhores, boa noite, sejam bem-vindos a Câmara Municipal de Mauá.



CÂMARA MUNICIPAL DE MAUÁ S.P.

A audiência pública "ditadura militar: fatos e consequências das perseguições" é realizada pela Comissão da Verdade do Município de Mauá.

Compõem a Mesa desta audiência pública as seguintes autoridades: Vereador Wagner Rubinelli, ao centro, presidente da comissão da verdade do município de Mauá; Edgard Grecco Filho, relator da Comissão da Verdade do Município de Mauá e Ricardo Zarattini, ex-Deputado Federal.

E como extensão da Mesa, ao fundo e à sua direita encontram-se os depoentes: Senhora Maria Júlia Oliveira Lobo, Senhor Olivier Negri Filho e Padre José Mahon.

À esquerda da Mesa estão localizados a senhora Cássia Rubinelli, Secretária do Meio-Ambiente e o Professor William Puntschart, historiador.

E no plenário encontram-se as seguintes autoridades: a Vereadora Doutora Sandra Regina Viera, o Vereador Jair da Farmácia, o Vereador Ricardinho da enfermagem, a Senhora Celcina Pereira Fernandes, ex-Vereadora e Wilson Carlos de Campos, o Xoxa, também ex-Vereador.

Gostaríamos de agradecer também a presença do Senhor João Paulo de Oliveira, Presidente da Associação dos Metalúrgicos Anistiados do ABC, Cláudio Roberto Rosa, Secretário da Associação dos Metalúrgicos Anistiados do ABC; a Senhora Sandra Portuense, professora e mestre pela PUC; o Senhor Hernando Correa de Oliveira, Secretário-Executivo e membro da Comissão da Verdade de Diadema, representando aqui a Vereadora Lilian Cabreira, que é Presidente da Comissão da Verdade de Diadema.

Agradecemos também a presença da Senhora Eliana Ferreira de Laurentes, Presidente da Comissão de Direitos Humanos, representando o Senhor Fábio Picarelli, Presidente da OAB de Santo André; o Senhor Deli José de Carvalho do Centro de Memória do ABC e da Comissão da Verdade de Diadema, o Senhor José de Souza, Vice-Presidente do CONSEG Mauá-Sudeste; a Senhora Mara Santana e o Senhor Getúlio Miguel de Souza.

Agradecemos também a presença da ECO-TV nas pessoas do Senhor Simão Lindolfo e Miguel Negri.

Agora, para a abertura oficial da audiência pública, anunciamos o Vereador Wagner Rubinelli, presidente da comissão da verdade do município de Mauá.

O Sr. PRESIDENTE – Boa noite a todos.

Quero agradecer a presença de todos, senhores e senhoras presentes esta noite na Câmara de Mauá.



**CÂMARA MUNICIPAL DE MAUÁ
S.P.**

Eu, Vereador Wagner Rubinelli, Presidente da Comissão da Verdade do Município de Mauá, declaro aberta a Audiência Pública “Ditadura Militar: Fatos e Consequências das Perseguições.

Quero abrir a palavra agora para o nosso relator da Comissão, o Vereador Edgard Grecco Filho.

O VER. EDGARD GRECCO FILHO - Boa noite a todos.

Em primeiro lugar cumprimentar o Presidente da Comissão Wagner Rubinelli, que como Presidente da Comissão de Justiça da Câmara tem tido a sabedoria de mexer realmente com as coisas que aconteceram na nossa vida e que foi importante, haja vista que a liberdade de expressão, hoje eu posso aqui externar todo o sentimento que eu tenho em relação a este mundo em que a gente vive, mas ao mesmo tempo aqui reforçar ao companheiro Wagner Rubinelli que tem sido muito feliz em suas iniciativas.

Já fez audiência em defesa dos animais, está propondo várias audiências que são importantes para fazer com que a sociedade de Mauá tenha a consciência da importância que é o resgate destes companheiros que estão aqui hoje, que, eu só posso estar aqui porque nós tivemos companheiros que fizeram um movimento de luta em defesa desta liberdade de expressão, da liberdade de ir e vir.

A minha passagem como militante dos movimentos organizados no ABC, em especial na minha cidade, ela teve uma pessoa muito importante.

Algumas pessoas que eu quero citar aqui que fizeram com que eu, como político, em 1976, com 24 anos de idade, eleito pela Arena, na época era o Arena e MDB e depois o saudoso Teotônio Vilela foi um grande... De arena de vanguarda, tenho até um livro autografado dele e, apareceu na minha vida, já o conhecia, porque nós crescemos juntos, o Olivier Negri Filho.

O Olivier, nos movimentos de luta falou: “Edgard, eu acho que o papel na política é importante, você como jovem tem que começar a participar dos movimentos de luta”.

E eu abracei a causa e ganhei consciência política dentro dos movimentos organizados.

Fugi do DOPS, levei prensa de general, camuflava a chapa do carro oficial da Câmara para ir buscar mantimento no fundo de greve de Santo André, trazia aqui para a igreja Matriz.

Tive uma experiência muito rica com o José Carlos, com o Getúlio, a Gilda, com a nossa companheira Julia, mas o Olivier, se eu tenho hoje esta postura crítica que nós precisamos lutar por uma justiça social do nosso país, porque nós engatinhamos ainda nesta democracia.



CÂMARA MUNICIPAL DE MAUÁ S.P.

É inconcebível ver estes monstros sagrados que fizeram com que nós tivéssemos esta liberdade, hoje ainda vemos pessoas que se intitulam de esquerda, mas alimentando o capitalismo que existe em nosso país.

É lamentável você ver pessoas como o Olivier, Gasparine, como tantos companheiros presos, torturados, mortos, ver hoje os avanços que teve, mas que ainda está faltando muito.

Eu falei para a dona Celcina, Vereadora, que o primeiro movimento no Parque das Américas para as melhorias que tiveram no Parque das Américas, foi em 1978, a Dona Celcina e a Diva pediram um caminhão, nós arrumamos este caminhão e elas começaram a fazer um movimento muito forte.

A igreja tinha um peso muito importante na vida social da cidade e eu me lembro exatamente o que aconteceu, de repente eu estava dentro do estádio da vila Euclides, de repente eu fui naquela famosa passeata no 1º de Maio, de repente eu estava dentro do gabinete do Tito Costa com o Dom Cláudio, Lula e vários companheiros lá que foi uma repressão, que criou uma tensão na época.

E eu via naquilo lá, realmente aquele movimento me inspirou realmente a fazer acreditar que só de forma coletiva é que vamos transformar esta sociedade.

Por isso hoje eu tenho feito exercício da minha fala, uma chamada da reflexão para saber se realmente estamos cumprindo o nosso papel.

O centralismo do poder tem brecado o desenvolvimento dos municípios e as políticas sociais.

É inconcebível você saber que uma cidade como Mauá onde o PIB das indústrias, da riqueza que circulou em nossa cidade foi na ordem de 10 bilhões de reais e você terem 16% da população da cidade, 67 mil, 221 pessoas na nossa cidade ainda vivendo num estado de vulnerabilidade.

Eu tenho e espero e uma das boas coisas que estão acontecendo neste momento crítico e de reflexão na nossa vida política, é fazer com que estas pessoas que contribuíram para que nós estivéssemos aqui, que é um grande marco das transformações que podem acontecer em nosso país e cidade, é saber que pessoas que foram presas e torturadas – está aqui o companheiro Chico – de saber que estas pessoas ainda têm no sentimento de luta deles esta vontade de saber que esta vida é para todos. E para isso nós temos que buscar esta redistribuição tão dita e que não acontece na nossa cidade.

Vejo, infelizmente, Gasparine, mas é um testemunho de coração, que nós precisamos avançar e fazer com que a classe política, que não é a classe, mas que os políticos que detêm o poder em nosso país, que eles comecem a fazer realmente a lição de casa para aquilo que vocês lutaram e que, lamentavelmente, nós estamos engatinhando.



CÂMARA MUNICIPAL DE MAUÁ S.P.

Não falo do PT, não falo do PSDB, muito menos do PCdoB, mas falo com um sentimento de que nós que temos esta vontade de fazer as mudanças acontecerem, nós que persistimos no sonho de saber que tem que mudar realmente, onde o foco principal é a valorização do trabalhador de nossa cidade e do nosso país e fazer a lição de casa.

Então, eu não que me alongar, porque nós temos aqui a importância maior que são os convidados que estão aqui, Rubinelli, mas eu agradeço esta deferência que você me deu aqui, porque eu lutei, eu vivi, eu acreditei e continuo acreditando nas pessoas; mas que nós temos que repaginar, repensar a nossa vida e a nossa atuação, eu sinceramente dou este testemunho não como crítica, mas como uma reflexão porque é importante você parar.

É tanto envolvimento que acontece e é tanta rapidez que está acontecendo via mídia social, como todo mundo fala, que nós estamos perdendo a essência da nossa vida que era aquelas 04, 05 pessoas se organizando para poder buscar estas transformações sociais.

Então vamos dar um basta a esta rapidez e vamos realmente pensar aquilo que é importante para nós.

Portanto, a minha participação foi pequena em relação a estes monstros que hoje estão aqui e que realmente fizeram com que a coisa acontecesse, Olivier.

Me curvo a você, à Júlia, a Gilda, ao Gasparine, a Dona Diva, ao Padre José, ao Getúlio, ao Chico, a estes companheiros que fizeram verdadeiramente aquilo que todo mundo buscou em sua vida e que, infelizmente, devemos começar a repensar e redistribuir a riqueza de nosso país, que é assim que uma sociedade cresce.

Muito obrigado.

(Aplausos)

O Sr. PRESIDENTE – Quero registrar e agradecer a presença da Senhora Gilda Fioravanti da Silva, da Senhora Rafaela Quintino, professora da Faculdade Fama, quero agradecer também a colaboração para realização deste evento e também a presença da Senhora Vanderly Carvalho Monteiro Ostorino.

Quero, agora, passar a palavra para o professor William Puntschart que vai fazer uso da palavra por 05 minutos sobre a importância da Comissão da Verdade e sobre a atividade de hoje.

Com a palavra o professor.



O PROFESSOR WILLIAM PUNTSCHART - Boa noite a todos e a todas.

Agradecer o convite e em nome do Padre José Mahon gostaria de cumprimentar todas as autoridades.

É um privilégio, uma honra ter o Padre José Mahon aqui com a gente nesta noite.

Convido, inicialmente, todos a pesquisar um pouco sobre a história de Mauá, e aqui nós temos a história viva de Mauá: Padre José Mahon, Olivier, Dona Celcina, Dona Júlia.

Mas, pensando nesta noite, eu queria dividir a minha fala em dois momentos. No primeiro, elencar alguns fatos sociais, políticos da luta de Mauá antes do regime militar e, num segundo momento, propor algumas questões para nossa reflexão.

Antes, porém, gostaria de dizer que eu sou o Professor William Puntschart, sou concursado da prefeitura desde 92 e a partir de 2009 sou responsável pelo Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico, Arqueológico e Turístico de Mauá, cuja função é de preservar, catalogar, inventariar e propor para o Prefeito o tombamento dos bens culturais.

Entre os quais, eu gostaria de citar a casa na Praça 22 de Novembro, que foi a Casa dos Autonomistas que há a intenção da Prefeitura de preservá-la e ali se tornar o centro de referência das lutas políticas de Mauá.

Esta é uma batalha que o Conselho de Defesa já está propondo para a Prefeitura, para que esta casa, que fica aqui próxima ao correio na Praça 22 de Novembro, se torne um centro, um memorial destas lutas que ocorreram em Mauá.

Entre estas lutas, historicamente, numa perspectiva histórica, eu gostaria de ressaltar primeiro, as que ocorreram nas décadas de 10 e 20 pelos canteiros ou cortadores de pedras, também chamados de escarpelinos, que tinham principalmente a filosofia anarquista, os irmãos Zanela, que defendiam os interesses dos cortadores de pedras, que era a principal extração, a principal atividade econômica, na época - italianos - e devido a esta greve foram deportados.

Esta atividade econômica era tão importante para Mauá que o primeiro prefeito, Índio Branca Lion, também cortava pedras, diga-se de passagem, numa época em que o exercício de Vereador e de Prefeito não era remunerado.



CÂMARA MUNICIPAL DE MAUÁ S.P.

Ainda com relação à luta sindical, nesta perspectiva histórica, eu gostaria de lembrar do Sindicato dos Ceramistas, que foi criado em 1957, em que Mauá era a capital nacional da porcelana.

Já na década de 60 é criado o Sindicato dos Trabalhadores na Distribuição e Refino de Petróleo de Mauá.

Fizeram 02 importantes movimentos. Em 62 quando ainda a refinaria era União e não a Recap, fizeram uma greve pretendendo equiparar os seus direitos aos trabalhadores da Petrobrás.

Entre estes direitos está a jornada de 06 horas de trabalho e estabilidade após 02 anos.

E a segunda greve foi em 1963 com a qual propunham a encampação pelo governo de João Goulart.

É interessante a gente observar que na época que o Jânio Quadros foi eleito o vice não vinha na mesma chapa, então o vice de Jânio Quadros não foi escolhido por Jânio Quadros, foi escolhido pela eleição, que foi João Goulart, que tinha toda a herança de trabalhismo de Rio Grande do Sul.

Com o golpe de 64 – eu estou falando da greve dos petroleiros de 63 – o que o João Goulart propunha nas reformas de base não pode ser efetuado, então os petroleiros não conseguiram que a Recap, que a Refinaria União fosse encampada pela Petrobrás.

Esta greve teve seus dirigentes presos e o Sindicato invadido pelo Exército.

Entre as lutas religiosas em Mauá, antes do golpe, é importante que a gente cite também, a questão da Juventude Operária Católica, da qual irão surgir vários quadros, tanto para a igreja católica, quanto para a Ação Popular e para o Partido dos Trabalhadores e outros partidos de esquerda.

Em Mauá iniciaram as suas atividades em 1940, na área onde hoje está a Santa Casa.

Ali o Padre Eduardo Batista convidou um artista romeno para pintar o interior da capela, que até hoje existe, é a Capela Cristo Rei, no interior da Santa Casa e que é remanescente desta época da Juventude Operária Católica.

Com o Governo do Ele Bernardi há a intenção de que fosse construído um hospital e aí a desapropriação, evidentemente tem um caráter político aí, de desapropriar toda a área da JOC, retirando, então..., só ficando da JOC o remanescente da capelinha, que vale a pena ser visitada às quintas-feiras à tarde, que tem missa lá aberta ao público.

Infelizmente, para nós adentrarmos na capela nós precisamos passar pela UTI da Santa Casa.



CÂMARA MUNICIPAL DE MAUÁ S.P.

Ele Bernardi e Luiz Alesina e mais 05 votaram contra a emancipação de Mauá no plebiscito de 22 de novembro de 1953, que é a data da nossa independência, que, aliás, deveria ser a data de aniversário da cidade e não 08 de dezembro como foi proposto por esta Casa, quando o então Presidente da Câmara, ligado ao PDC, muda a data de aniversário da cidade. Mas esta é outra questão.

Eu estou lembrando, então, historicamente das lutas políticas, religiosas, sindicais, que ocorreram em Mauá antes do golpe, porque para falar sobre o golpe nós temos pessoas aqui muito mais capacitadas.

Nós temos também nestas lutas a organização popular, tanto da Sociedade Amigos de Bairros, quanto da Associação das Donas de Casa do Parque das Américas, que foi a Diva Alves que levou à frente, principalmente lideradas, impulsionadas no Parque das Américas pelo Padre José Mahon, junto com a Dona Celcina, e no Zaíra o Sabajasak - lembrar também a figura do Padre Praxedes, juntamente com o Padre Elias Belisário, Padre Belisário Elias de Souza, que é o nosso Cônego Belisário, que a gente só conhece da Igreja Matriz, mas que atuou muito ali no Zaíra junto com o Padre Praxedes na organização.

A luta política nós temos que destacar Olavo Hansen, Raimundo Eduardo de Souza e Francisco Seiko Okama, cujas histórias já estão devidamente recuperadas.

Favor, concluir... Antes eu gostaria de propor 05 questões para a nossa reflexão, a primeira: que o golpe militar não foi só um golpe militar, foi um golpe civil, civil-militar contra o Estado.

Segundo, o caráter cíclico e frágil da nossa democracia.

Se nós olharmos ao longo do século 20, nós teremos os seguintes períodos da democracia em nosso país: de 32 a 37, depois do governo do Estado Novo de Getúlio Vargas, de 46 a 64, o golpe militar e vivemos hoje a democracia de 85 até...

Segundo, que temos que entender o golpe não em si, mas no contexto internacional, nacional e interno.

Nós vivemos a nível externo o fim da guerra fria, a Revolução Cubana de 59 e já o surgimento das ditaduras militares em toda América *Latrina*.

E em nível interno, a aliança dos militares com os empresários, a Rede Globo, o Estadão, o Grupo Ultra.

Os tenentes de 22 vão ser os generais de 64.

E é aquilo que o (*inaudível*) chama de aparelhos privados de hegemonia, o papel fundamental exercido pelo Instituto de Pesquisa de Estudos Sociais e o Instituto Brasileiro de Ação Democrática, que são intelectuais, hegemônicos da classe dominante que propagavam a idéia do golpe.



**CÂMARA MUNICIPAL DE MAUÁ
S.P.**

Enfim, para a nossa reflexão, devemos ou não avançar na Lei da Anistia?

Esta é uma questão que... Morto não é desaparecido.

Questões não respondidas, porque a tortura não é simplesmente um crime, a tortura é um crime contra a Humanidade.

Muito obrigado e boa noite.

O Sr. PRESIDENTE – Vou agradecer o Professor William e eu quero agora passar a palavra para o ex-deputado federal Ricardo Zarattini para que também faça as suas considerações.

O EX-DEPUTADO FEDERAL RICARDO ZARATINI – Eu gostaria de, inicialmente, dizer que me sinto muito honrado pelo convite da Câmara Municipal e, particularmente, a todos os Vereadores que aprovaram este requerimento muito importante da criação da Comissão Verdade num dos municípios em que tivemos uma das maiores tradições de luta de nosso povo, que é esta cidade de vocês, de Mauá.

Eu queria agradecer, então, à Câmara, particularmente ao Vereador Rubinelli, que nós estivemos juntos na Câmara Federal quando eu me tornei Deputado Federal e assim foi que o Rubinelli me conheceu.

Eu queria dizer a vocês que também assim conheci vítimas da Ditadura, fui colega antes de 1962, do Olavo Hansen.

O Olavo Hansen estudou na escola politécnica, mas não completou o curso e aí, apesar de já participar ativamente das lutas antes do golpe, eu consegui, às duras penas, terminar o meu curso de Engenharia.

E o Olavo Hansen, naquela época, não tinha a multiplicidade de organizações de esquerda que tem hoje, mas naquela época o Olavo Hansen era um adepto do *socicismo* que na época chamava-se *socicismo forjadista*, porque havia um teórico da classe internacional que se chamava (*inaudível*) internacional forjadista.

E Olavo Hansen encontrava comigo, um companheiro de diálogo apesar de eu ser naquela época uma militância do antigo partidão brasileiro, porque a minha formação foi (*inaudível*) e também eu era comunista.

Então, eu me lembro bem que eu tentava moderar o Olavo Hansen, mas ele era bem mais radical do que a minha pessoa e eu só tomei conhecimento do assassinato dele, quando em 1975, eu vinha da clandestinidade, que eu estava



CÂMARA MUNICIPAL DE MAUÁ S.P.

aqui em São Paulo, li em alguns jornais e vi lá que o Senador Franco Montoro, do antigo MDB, havia feito um (*inaudível*).

Durante a ditadura havia só 02 partidos, vocês lembram bem. Não lembram porque vocês são muitos jovens, aqui os únicos coroas sou eu e o Padre José. Mesmo o Olivier é bastante jovem em relação à minha pessoa, mas ele foi um companheiro que abrigou vários companheiros da antiga Ação Popular, inclusive o Betinho, o irmão do Henfil, era uma das pessoas que foi um grande dirigente da Ação Popular.

E (*inaudível*) e já o Padre José que é francês e tinha experiência na França, dos padres operários, o Padre José trabalhou (*inaudível*).

O Hebert de Souza vivia... São estudantes e eles queriam viver a vida proletária, a vida operária, então, ser transformado e entrar na fábrica e ele deu um exemplo que vocês vão saber aqui detalhadamente pelo Padre José.

Isso ele me contava quando estivemos juntos (*inaudível*).

Enfim, para conhecimento rápido de vocês antes de eu ser deputado, quando eu era ainda muito jovem, estudante secundarista em Campinas, eu participei ativamente da campanha do “Petróleo é Nosso”, que resultou em 06 de outubro de 1952 na criação do monopólio estatal do petróleo através da Petrobrás.

Aí eu tive a minha primeira prisão.

Uma prisão que, naquela época, não era ainda ditadura militar, deu até um ibope com as companheiras estudantes do meu colégio, porque a gente era muito jovem, eu tinha 16 anos.

Mas meu pai e minha mãe que não tinham nada a ver com política, o meu pai era um pedreiro especializado em fazer frente de prédios, que antigamente tinha isso e a minha mãe era costureira das madames da cidade de Campinas.

Então, aí, quando eu não chegava em casa, eles saíam para me procurar e aí o meu pai me encontrou na delegacia e o delegado falou: “Como o senhor deixa o seu filho nas mãos dos comunistas, fazendo essa luta do petróleo é nosso e tal”.

E o meu pai me levou pra casa, me deu 02 cascudos e falou: “Você não se meta mais em política!”. E acabou que não serviu o conselho dele e daí pra frente, cada vez mais eu me meti em política.

Vim para São Paulo, fiz um curso na Politécnica, fui Presidente da União Estadual dos Estudantes, agitava dia e noite, estudava e acabei até casando, isso moço, na minha vida isso antes do golpe.



CÂMARA MUNICIPAL DE MAUÁ S.P.

Mas eis que surge o governo de João Goulart, eu já formado, trabalhava na COSIPA e era o único engenheiro sindicalizado do Sindicato dos Metalúrgicos da Baixada Santista na cúpula 9.164.

Isso na época era um escândalo.

E naquela época o João Goulart era uma pessoa que lutava muito pelas reformas de base e não apoiava como o partidão apoiava, mas também apoiava, mas não apoiava com muita convicção as chamadas reformas de base: a reforma agrária, a reforma na educação, enfim, várias questões que ainda (*inaudível*) no Brasil essencialmente naquela época.

E aqui, me perdoe o professor William e os outros companheiros, naquela época se inaugurou uma sementinhazinha, de certa, bem no período ditatorial, se no governo João Goulart a política externa independente.

Havia a guerra fria, mas João Goulart falou: “Não, o Brasil vai fazer uma política soberana”. E nunca foi favorável às intervenções que os Estados Unidos fizeram em cima das tentativas de derrubar Fidel Castro.

Bom, aí então, ocorreu que veio para o Brasil um embaixador norte-americano, Lincoln Gordon, que, junto com o seu amigo militar, Vernon Walters, que havia sido diretor da CIA organizou uma facção só de militares, que havia duas alas de militares, a ala democrática e nacionalista e a ala que era francamente favorável aos Estados Unidos.

Então, o que ocorreu naquela época, foi exatamente isso, eles organizaram o golpe, inclusive as (*inaudível*), isso está comprovado historicamente, organizaram a operação (*inaudível*), tinham porta-aviões, armas e se houvesse resistência ao golpe militar, eles iriam desembarcar navios aqui no Brasil e iriam sufocar, como fizeram mais tarde, sufocaram uma tentativa de resistência ao golpe na República Dominicana.

Aí foi dado o golpe, mas foi um golpe dirigido pelos Estados Unidos e apoiado pelas forças internas conservadoras.

Quem eram os conservadores?

Eram os grandes proprietários rurais.

Imaginem, vejam só: o João Goulart aprovou o Estatuto do Trabalhador Rural.

Foi uma coisa... O João Goulart iniciou uma reforma muito grande na questão da moradia, da habitação e depois da administração e aqui em Mauá, ele fez um decreto, antes de ser derrubado, que depois foi revogado pela ditadura, estatizando a refinaria (*inaudível*) que havia aqui.

Então, realmente ele foi um Presidente que tinha um programa muito grande.



CÂMARA MUNICIPAL DE MAUÁ S.P.

Mas houve esse conluio entre as forças externas, as forças empresariais – até foi citado muito sinceramente o (*inaudível*) – que financiou as eleições de 62 e foi feita até uma CPI, lá no Congresso, e o que ocorreu então foi que, ao lado dessas forças, havia a mídia, a mídia aliada às forças empresariais e dia sim, o outro também, fazia a campanha mediática, muito forte, sobre a ilação de que o governo Goulart era um governo comunista, denominado pelo comunismo, o que não era verdade.

Era um governo reformista e sendo um governo reformista, ele queria tornar o país mais capitalista.

Nós, recentemente, assistimos uma coisa igual.

Teve um governo aqui, um governo do Partido dos Trabalhadores, em que o Presidente Lula e seu Ministro da Fazenda colocaram em prática uma série de medidas que melhorou a vida dos trabalhadores, particularmente dos mais pobres.

Mas, ao mesmo tempo, ele tem um apoio grande aos capitalistas e o Brasil que em 2002 tinha 02 milionários, 02 homens de fortuna que eram milionários, hoje tem 67 milionários.

Então, o que ocorreu foi que desenvolveu um capitalismo, um crédito consignado, com juros ainda muito altos, mas as iniciativas foram... E o João Goulart queria isso também. Havia essa... E aí, um golpe naquela época, era um golpe truculento, era um golpe truculento.

A mídia mobilizou os militares e deu um golpe, deu um golpe.

Eu passei para a clandestinidade, fui fazer – influenciado pelo exemplo de Cuba – fui tentar fazer uma guerrilha no nordeste. Foi feio.

Em 1968 fui muito torturado lá, mas como eu trabalhava e organizava os camponeses, eu consegui, depois de ser torturado lá, eu consegui falar com soldados e cabos, onde eu que estava preso no quartel... O soldado queria ser cabo, aí tinha que fazer uma provinha para ver a aritmética e o português.

Eu (*inaudível*) da aula de aritmética e português.

E o cabo queria ser sargento e também fazia isso.

E aí (*inaudível*) e quando a Aeronáutica me procurou e prometeu que iria colocar um tronco de árvore amarrado e me jogar ao mar, como jogados dezenas e centenas de companheiros nossos e desapareceram durante a ditadura militar, mas que foram exatamente mortos na tortura (*inaudível*) jogados ao mar.

Recentemente houve um militar que denunciou isso abertamente e com uma frieza muito grande e eu, antes de vir aqui hoje, estava lendo o tablet e esse tablet anunciava que esse Paulo Malhões havia sido ontem morto, sufocado.

Aí eu não posso provar, não posso fazer acusação sem prova, mas pode ter sido o que restou destes militares radicais, esses Bolsonaros da vida, que



CÂMARA MUNICIPAL DE MAUÁ S.P.

resolveram utilizá-lo como exemplo para nenhum outro militar vir a depor sobre os crimes da ditadura.

O que mais nós queremos é a verdade e se hoje essa Comissão da Verdade... Há um pessoal que fala: “Ah não, já tem uma comissão da verdade nacional, já tem uma comissão da verdade estadual, tem essa no município de Diadema, que é similar também, tem essa outra em outra cidade, tem no Rio de Janeiro, tem em Pernambuco”.

Olha, eu digo a vocês: que as comissões da verdade se multipliquem em todos os cantos do nosso país, especialmente em cidades que têm um povo tão combativo, como sempre foi esse povo de Mauá.

Então, eu acho que merece isso, porque os exemplos dos depoentes que nós temos aqui, a Julia, o seu falecido pai, o nosso Padre José, mais o Olivier, são pessoas da maior lisura, pessoas que mais batalharam no passado para construir essa sociedade nova, que nós queremos.

Eu quero dizer que dar aula lá a esses sargentos, a esses cabos e soldados, eu consegui me evadir, fugir, para não ser morto pela Aeronáutica.

Quem me abrigou, eu tenho que falar claramente assim. Eu fiquei 01 mês e meio no Convento das Dorotéias, porque um santo.. Eu acho... Olha, eu sou marxista, não me confesso no catolicismo, mas reconheço que Dom Hélder Câmara me abrigou no Convento das Dorotéias para que eu não fosse preso de novo pela ditadura.

Vim para São Paulo, em São Paulo me uni junto com os companheiros, Marighela, da Ação Libertadora Nacional e aí nós já começávamos a ativar várias ações e aí o Marighela falou: “Você está se movimentando muito, você vai acabar caindo preso de novo”.

Caí preso, fui torturadíssimo, mas felizmente veio o sequestro do embaixador norte-americano que não foi o embaixador que me fez (*inaudível*) e eu fui um deles.

Passei em Cuba, passei no Chile, voltei clandestino ao Brasil e fui ser novamente preso 1964, organizando o movimento operário e fui preso em 68 e saí com anistia em 69.

Aí, companheiros, eu quero dizer, então, que só depois disso eu virei (*inaudível*) tornar Deputado no ano de 2002, quando o Rubinelli também foi Deputado.

Então, eu quero dar esse depoimento para dizer a vocês, para finalizar: que nós tivemos uma grande derrota dos trabalhadores, do movimento sindical, das forças progressistas, em 1964. Foi feita intervenção em muitos, milhares de sindicatos rurais e sindicatos urbanos.



**CÂMARA MUNICIPAL DE MAUÁ
S.P.**

Vários companheiros foram mortos e aí nós iniciamos a resistência armada, essa resistência armada se afirmou depois de 1969.

Eu já vou terminar... E aí nós tivemos o problema, que eu gostaria de agradecer aqui a todos os companheiros, porque eu estava em 68 na clandestinidade e houve a greve da Scania, a primeira greve promovida com a (*inaudível*) de fábrica, que foi em 06 de maio de 1968.

Em 31 de maio fui novamente preso, mas naquela época a resistência armada já estava praticamente dizimada pelos crimes da ditadura.

E aí aquela mesma classe operária, aqueles mesmos trabalhadores que foram derrotados em 64, foram vitoriosos, porque se não fosse aquele ano de mobilização dos trabalhadores em greve, a ditadura não tinha amenizada.

E aí Mauá teve uma participação intensa.

Muito obrigado, companheiros.

Estou à disposição de vocês.

Obrigado.

(Aplausos)

O Sr. PRESIDENTE – Bom, nós é que agradecemos, Deputado Ricardo Zarattini.

Hoje, senhores e senhoras, é uma noite de heróis e heroínas. Se nós estamos hoje aqui reunidos, se vocês podem hoje estar aqui, é porque nós vivemos num regime democrático que não existia antes, que foi preciso que nós tivéssemos pessoas como o Ricardo Zarattini, como a Maria Júlia, como o Olivier Negri, como o Padre José Mahon, como a Gilda, como tantos outros, a Dona Celcina, vários de vocês que estão aqui, que lutaram, para que muitos pudessem estar aqui esta noite, para que nós tivéssemos democracia neste país.

Eu quero agora, antes de passar a palavra para os três depoentes dessa noite, que são, assim como o Ricardo Zarattini e como muitos de vocês, verdadeiros heróis e heroínas da democracia, eu quero passar um vídeo muito curtinho da comissão da verdade nacional, mas que mostra o que foi aquele período nebuloso em que a nação brasileira passou, o que foi a tortura e a política do ódio por parte dos militares.

(Nota da Taquigrafia: Neste momento é feita a exibição de um vídeo da Comissão da Verdade Nacional).



**CÂMARA MUNICIPAL DE MAUÁ
S.P.**

O Sr. PRESIDENTE – A cidade de Mauá fez parte desse momento, também teve heróis e heroínas e a Comissão da Verdade agora convida a senhora Maria Júlia Oliveira Lobo para que se sente aqui à Mesa ao lado do relator e a Júlia que tem uma história de luta em prol da democracia, ela vai agora falar para nós durante 20 minutos, ela vai tentar resumir toda uma história de luta em prol da democracia e que muito orgulhou a cidade de Mauá.

A senhora tem 20 minutos, é claro que de forma flexibilizada, mas a senhora tem a palavra agora.

Muito obrigado por a senhora estar aqui esta noite conosco.

A SRA. MARIA JÚLIA OLIVEIRA LOBO – Obrigada, Wagner. Agradeço a atenção de todos.

Quero agradecer pelo convite e dizer que depois do filme, gente, a emoção é muito maior, o coração fica aqui.

Parabéns aos Vereadores pela iniciativa da criação dessa Comissão. É de muita importância.

Eu queria reforçar apenas que precisa muita coisa a ser feita para se chegar ao finalmente dos objetivos desta Comissão.

Eu queria pedir desculpa para aqueles que já ouviram, mas é a história da minha vida e eu não tenho duas, eu tenho uma e é ela que eu vou repetir hoje.

O meu nome é Maria Júlia de Oliveira Lobo e tenho 62 anos. Fui presa em dezembro de 1970, junto com outros muitos amigos da Ação Popular aqui da nossa cidade, especificamente no Jardim Zaíra.

Eu fui presa no escritório de contabilidade Barão de Mauá, que ainda existe na cidade, que é de propriedade de uma pessoa muito conhecida: Dárcio Antônio Leardini.

Eu queria, eu reforço o meu agradecimento ao Chico Bezerra que está aqui presente – meu amigo – ao Cido Faria, do Centro de Memória de Santo André, pelo apoio e pela cobrança constante para que eu fizesse um relatório da minha vida. Se eu fiz... E também ao Olivier Negri Filho, que sempre diziam que eu precisava ser mais incisiva nas minhas declarações.

Então, eu agradeço a eles.

Já foi dito, mas não custa reforçar: muitos brasileiros morreram, particularmente aqui na nossa cidade, o nosso amigo Raimundo Eduardo da Silva, militante da Ação Popular. Jovem, estudante, negro, aos 22 anos de idade.



**CÂMARA MUNICIPAL DE MAUÁ
S.P.**

Ele foi levado ao hospital de Santo André para as dependências do DOI-CODI em São Paulo, onde foi barbaramente torturado, morto e enterrado como indigente. Tendo ele família, tendo ele – inclusive – o senhor Hélio, irmão dele aqui presente.

E quantos brasileiros morreram... Quantos passaram pelas mesmas torturas, sevícias, arbitrariedades... E com um agravante: eles, militares, continuam ainda aí, pedindo também para serem anistiados.

Resta saber o que nós vamos ter daqui para frente.

Vamos esperar para ver eles virem na televisão, dizer que foram anistiados, que foram perdoados por todas as atrocidades que cometeram.

Eu perdi meu emprego, professor Willian. Eu trabalhava na Porcelana Mauá. Eu entrei em dezembro de 1967 e fui demitida em maio de 1968.

Por quê?

Porque eu ajudei na organização do primeiro de maio de 1968 em São Paulo, aquela maravilha que passou ali no telão.

Meu segundo emprego foi num escritório imobiliário aqui também na cidade, pertinho.

Coincidentemente esse escritório é próximo do Colégio Barão de Mauá, desculpe, do Therezinha Sartori, onde estudávamos na época.

Tivemos uma greve intensa contra o uso de uniformes.

Pode parecer pequeno.

“Nossa, brigar por causa do uso de uniforme?”

Mas para nós, trabalhadores, que saíamos de casa às 6 da manhã e voltávamos à meia-noite, era muito ter que usar o uniforme à noite.

Todos saíam com uma sacola com uniforme, uma sacola com o material, uma sacola com uma marmita, porque todos eram operários.

E aí nós começamos esta luta intensa no colégio e de repente o colégio parou. Foi um movimento espetacular, foi uma vitória.

Nós conseguimos livrar os alunos da obrigação de usar uniforme. Isso porque todos saíam de manhã com uniforme, marmita, bolsa e a sacola do material.

Meu pai.

Meu pai, como o Deputado já disse, que ele conheceu o senhor José Joaquim de Oliveira.

Ele foi detido também na mesma data e fomos todos levados para São Bernardo e depois para o DOPS, DOI-CODI, Operação Bandeirantes.

Eu sofri na pele as atrocidades do regime militar, juntamente com o meu pai. Por quê? Primeiro porque o meu pai era o líder do Partido Comunista



CÂMARA MUNICIPAL DE MAUÁ S.P.

Brasileiro com muita honra. Era aquela figura que os militares queriam para “descer a mão” mesmo, para provar o que eles diziam que fariam.

Meu pai foi alfabetizado no ano de 1956, na cidade de Jaboticabal.

Ele levou quase 30 anos para aprender a ler e a escrever, com muito esforço e dedicação, que fez dele um autodidata. É aquele profissional, é aquela pessoa com instrução sem tampouco ter ido para a escola.

O que era o DOI-CODI?

O DOI-CODI era o verdadeiro inferno.

Como bem disse a Presidente Dilma Rouseff, no episódio do diplomata Eduardo Sabóia, quando ele trouxe para o Brasil o Senador Boliviano, Roger Pinto Molina, abrigado por 15 meses na embaixada brasileira na Bolívia. Dou-me pois o direito de restringir somente a esta fala da Presidente, visto não serem necessários detalhamentos das torturas que por certo são de conhecimento de todos aqui.

Em diversos momentos de acareação entre mim e meu pai foi-nos colocada em cheque a nossa fé cristã. Eu sou católica apostólica romana. *Onde* pedi, sim, “pelo amor de Deus”, por muitas vezes, que eles parassem com as atrocidades que cometiam comigo e com meu pai. E com zombaria deles.

As perguntas eram inúmeras: “Onde está o seu Deus? Chama por ele agora, para que venha salvá-los!”. “Estão esperando, vamos, vamos, vão esperando, vão logo!”. “Cadê o seu Deus que não vem tirá-los daqui?”. “Velhos Comunistas!” e desculpe: “Filhos da puta!”. E etc. etc. etc..

Isso tudo no meio de zombaria deles.

Além disso, tivemos que conviver com o deboche dos militares do DOPS, pois quando fomos presos, nós fomos tachados como a “ralé de Mauá” (inaudível).

É difícil relembrar destes fatos, porém tenho certeza absoluta de que contribuímos e muito para a democracia e liberdade que hoje nós temos.

Hoje todos têm o direito de ir e vir, reclamar, protestar, contestar, votar e ser votado. Enfim, a liberdade que hoje temos, custou muito caro, custou muitas vidas, muito sofrimento, muitas arbitrariedades, que só quem viveu sabe o quanto custou.

Tenho, sim, que agradecer à Deus que me permitiu ainda estar viva para contar a todos, denunciar e pedir para que constem todos os nossos relatos nas mais altas esferas do nosso país, afirmando diante da nossa vivência, o quanto os militares foram arbitrários e truculentos e que causaram tanto mal a tantas famílias.

Minha inspiração principal, quando eu falo da fé cristã, está no Frei Beto – Carlos Alberto Libânio Cristho – com quem me identifiquei imediatamente após a leitura de seu livro “Batismo de Sangue” e aí, eu tive



CÂMARA MUNICIPAL DE MAUÁ S.P.

coragem de escrever, talvez de uma forma mais correta, mais clara, do que os relatos anteriores.

Eu tenho uma carta recebida do Frei Beto, quando do falecimento de minha mãe – Marcelina Maria da Silva Oliveira – que diz assim: “Meu querido Joaquim, recebi, consternado, a notícia da ressurreição da querida Marcelina. Imagino o quanto toda a família sente a falta dessa companheira que viveu de modo exemplar às exigências do evangelho: a luta pela justiça, pela liberdade e por uma sociedade igualitária e fraterna. Recordo com alegria a acolhida que dela recebi, quando aí estive mais de uma vez. E na fé guardo a certeza de que, tendo vivido no amor, agora ela desfruta da plenitude do amor que é a promessa do Senhor. Resta-nos sermos fiéis à herança que ela nos deixa: o testemunho militante de luta pela esperança dos oprimidos. Possa este Natal ser, para a toda a família, o renascer nos ideais de Marcelina. Muita paz e amizade. Frei Beto”.

No verso desta mensagem recebida, que é um cartão personalizado, diz assim: “Ainda que ventos impetuosos me façam naufragar, nada evitará que os tripulantes do barco ancorem no porto seguro de uma pátria livre e soberana, de um tempo de justiça e paz. Na casa do Pai resta-me a gratificante certeza de que assumi a vida como fruta madura ofertada aos que a querem em abundância. Frei Beto.”

Tive muita dificuldade de falar de minha história. Tive, inclusive, a crítica construtiva do Olivier Negri Filho. Mas isso tudo passou.

A fé cristã sempre foi um dos pilares da minha vida. E foi com essa fé que eu tive forças para resistir, para ter forças, em 2011 com a perda de minha filha – Cátia de Oliveira Lobo – aos 38 anos de idade.

Essa fé em Deus, eu vejo contida também no livro do Frei Beto, que diz assim: “A sugestão de celebrarmos missa no cárcere animara os presos políticos, inclusive os marxistas ateus. Tratando-se de liturgias, esses companheiros demonstravam aberto espírito ecumênico. Nunca se opuseram às celebrações, embora destituídos da fé capaz de aprender com o conteúdo da realidade sacramental. A celebração da missa nos subterrâneos do DOPS quebraria o espesso clima de atrocidades e permitiria, mais uma vez, a tentativa de recuperação de nosso espaço vital. Para a maioria dos companheiros a missa interessava enquanto rito capaz de simbolizar e exprimir a nossa unidade mais radical, nos limites do sofrimento e na esperança libertadora que consumia nossas vidas ali dentro. Nesse sentido, a eucaristia – memória atualizadora da paixão e da ressurreição do Senhor – teria lugar privilegiado naquele calabouço, sem o risco de objetiva profanação que ela corre em igrejas freqüentadas pelos ricos senhores da terra. Ainda hoje que aos domingos comungam o corpo de Jesus e durante a semana esmagam aqueles com quem o Senhor mais se identifica.



CÂMARA MUNICIPAL DE MAUÁ S.P.

Era a primeira vez que participávamos de uma celebração na qual predominavam comunistas. Do lado de dentro dessas grades encontravam-se comunistas e cristãos.

O que há de comum entre nós?

O que havia de comum comigo e com meu pai?

A fé em Deus. O amor a Deus.

O mesmo amor à libertação do nosso povo. Não foi em torno de bancas universitárias dispostos a discutir questões teóricas que nos encontramos. Foi a luta que nos aproximou, traçando a linha divisória entre os que defendem os interesses da burguesia e os que assumem as aspirações do proletariado.

Era o meu sonho e o sonho do meu querido pai.

Meu pai sempre foi operário e viveu intensamente a sua condição de operário. Viveu exemplarmente o Evangelho no que se refere à luta com a classe operária, de todas as suas formas e condições, na luta com o povo, para o povo, no amor incondicional ao próximo.

Na história e pela história, Deus revela-se a seu povo e o convoca a construir um futuro de justiça e liberdade.

Esta foi a condição de vida da minha vida com meu querido pai. Respeito e amor pelo próximo.

A dor física, o pânico psíquico e o medo desencadeiam no prisioneiro, o instinto de sobrevivência, sob ameaça de levá-lo a dizer ou assinar o que querem os seus carrascos. Troca-se a dignidade pela preservação da vida. Nesse momento a escolha é crucial entre ceder à ânsia de sobreviver ou aceitar a dor e a morte por fidelidade aos princípios assumidos.

Na OBAN, os militares procuravam quebrar as resistências de todos os presos. O medo de sofrer novamente as mesmas dores era, por vezes, mais pavoroso que as próprias dores. Por isso a percepção, na fé, da presença de Deus em nossas vidas, que tanto encorajava os primeiros grandes mártires.

Voltaram as perguntas. Bateram em minhas mãos, nas mãos de meu pai. Ficavam roxas a ponto de não poder fechá-las.

E a seguir, chega o Capitão Albernaz.

Qual preso político que não conheceu o Capitão Albernaz?

Conhecidíssimo por todos pelas atrocidades que cometeu em todos que por lá passaram, inclusive comigo e com meu pai. E não seria diferente.

Vínhamos da célula da APE em Mauá, célula de base 22, com ligações fortíssimas com a Igreja Católica, com a Igreja Progressista, haja vista o número de padres, frades, que foram presos e torturados.



**CÂMARA MUNICIPAL DE MAUÁ
S.P.**

Ligações com Betinho, com sua primeira esposa, e outros. Era um peso imensurável para os militares a nossa vinculação com a direção da APE, no ABCD, em nossa cidade de Mauá, especificamente no Jardim Zaíra.

E preciso dizer que o que aconteceu comigo e com o meu pai não é exceção, é regra.

Raros os presos políticos brasileiros não sofreram torturas.

Muitos morreram na sala de torturas, outros ficaram surdos, ou quase, como nosso querido e particular amigo, Getúlio Miguel de Souza, que está aqui, membro da APE em nossa cidade, que teve os tímpanos perfurados e que até hoje aguarda o julgamento de seu processo. E como sofreu esse amigo. Somente ele poderá dizer, pessoalmente, a todos vocês.

Eu quero agradecer

Acho que já me estendi.

Eu queria só ler uma frase também que eu achei interessante: “A tortura é uma coisa de tal modo horrível, que é melhor não falar dela”.

Isso foram palavras do magistrado Dr. Nelson Guimarães, quando convocou Frei Tito de Alencar Lima, amigo dominicano de Frei Beto, a prestar depoimentos no Tribunal Militar.

É isso.

Falar de tortura é algo horrível.

Agradeço a atenção de vocês.

Obrigada por me emprestarem os seus ouvidos.

(Aplausos)

O SR. PRESIDENTE, WAGNER RUBINELLI – Quero agradecer e quero agora que a Natália, junto com o Vereador Edgard Grecco, entreguem o buquê como uma singela homenagem à Júlia.

Quero agora convidar também para prestar o seu depoimento, uma pessoa que representa muito para a cidade de Mauá, tanto do ponto de vista de estar enfileirado com as forças democráticas no combate à ditadura militar, mas também no sentido de estar dando um apoio espiritual, um apoio religioso às pessoas.

Quero convidar o Padre José Mahon, que tem uma história linda aqui na nossa cidade.

O Padre José Mahon, que não só viveu esta época, senhores e senhoras, mas foi duramente perseguido pela ditadura militar.



CÂMARA MUNICIPAL DE MAUÁ S.P.

O Padre vai também, de forma resumida, em 20 minutos, contar um pouco desta história triste, mas que ele viveu aqui em Mauá, em prol da democracia.

Com a palavra o Padre José Mahon.

O SR. PADRE, JOSÉ MAHON – Bom, gente, boa noite, eu não gostaria de repetir o que já foi falado.

Dizer de alguns acontecimentos que eu vivi.

Para começar: Jânio Quadros tinha sido eleito em 1960.

Em agosto de 1961 ele renunciou e o João Goulart assumiu.

Eu cheguei no Brasil, da França para Santo André, no dia 01 de dezembro de 1961 e uma semana depois, no dia 08 de dezembro, que naquela época era feriado em todo Brasil, o João Goulart veio fazer um comício em Santo André, na Praça do Carmo, ao lado de Dom Jorge Marcos de Oliveira e foi neste dia que eu conheci o Presidente da República.

Era um homem de esquerda que queria ajudar o povo.

No dia 13 de março de 1964, o João Goulart assinou o Decreto do primeiro passo para a Reforma Agrária no Brasil, coisa que era tão necessária.

Ele assinou praticamente o Decreto da morte dele, porque a partir daquele momento, o exército com as autoridades mais ricas da nação decidiram acabar com ele.

Eles inventaram, para enganar o povo, essas marchas da “família com Deus pela liberdade”, querendo atrair a favor deles, o povo religioso do Brasil.

Essas marchas não tinham nada de família, nada de Deus e nada de liberdade.

O bispo de Santo André, Dom Jorge Marcos de Oliveira, falou: “Não aceito essas marchas na diocese”. E não tiveram.

Naquela época, eu estava na Paróquia de Santa Teresinha em Santo André. E no dia 01 de abril de 1964, foi o dia da Revolução.

O povo não sabia nada, não tinham notícias nos jornais, não tinham notícias na televisão e no rádio tinha música militar o dia inteiro, sem nunca dar alguma notícia.

E o povo estava meio perdido, não sabendo o que estava acontecendo.

Nós soubemos depois, quando começou o Castelo Branco como o Presidente da República designado pelo exército.



CÂMARA MUNICIPAL DE MAUÁ S.P.

Aí realmente eu tive muito apoio de Dom Jorge. Teve um grupo de padres e de pessoas que reagiram.

Eu lembro que em 1965, Dom Jorge escreveu uma carta aberta ao Presidente Castelo Branco. Essa carta foi publicada nos jornais. Logo depois houve a censura, os jornais não podiam publicar nada e deviam deixar em branco tudo que tinha sido censurado.

Nessa época, várias vezes nós tivemos – éramos 02 Padres franceses naquela época – tivemos que esconder pessoas na casa paroquial.

Chegavam pessoas conhecidas dizendo que tinha uma pessoa procurada pelo DOPS, pela polícia política e a gente a escondia.

Era arriscado, porque às vezes eram tentativas de armadilhas, mas nós tínhamos combinado que quando alguém mandava uma pessoa para esconder, sempre tinha que ter um papel assinado. E quando não tinha o papel assinado, era sinal que era uma armadilha para nos prenderem.

Aconteceu isso muitas vezes.

No dia 01 de maio de 1968, o Geraldo Vandré veio na Igreja de Santa Teresinha dar um show, onde ele denunciava a ditadura militar.

Em 1971 cheguei a Mauá para começar uma comunidade no Parque das Américas e ajudar também no Jardim Zaíra.

As prisões dos jovens e dos adultos do Zaíra já tinham sido realizadas.

O Padre Praxedes tinha um grupo jovem muito dinâmico, muito consciente e esse grupo jovem... O Junior fazia parte, o (*inaudível*) também, que foi preso e torturado.

Aí, quando eu cheguei, nos organizamos para ajudar as famílias, porque as famílias não tinham mais salários, tinham que tentar visitar os presos, então, a paróquia reuniu mantimentos para ajudar as famílias.

Depois, continuou uma resistência difícil.

No vídeo que nós vimos agora, dava a impressão que o povo se reunia em massa contra a ditadura, mas, na realidade, algumas vezes, na maior parte das vezes, o pessoal tinha muito medo, porque eles prendiam.

Então, o que nós fazíamos?

Nós tínhamos... Naquela época não tinha gráfica, não tinha computador, não tinha nada disso. Nós tínhamos uma velha Gestetner que servia para imprimir alguns folhetos que nós íamos distribuir à noite nas casas. E depois, estes folhetos – alguns chegavam nas mãos da polícia política, que tentava descobrir de onde vinham.



**CÂMARA MUNICIPAL DE MAUÁ
S.P.**

Na igreja do Jardim Zaíra, por exemplo, várias vezes a polícia política vinha à paisana para gravar no gravador a homilia do Padre, para ver se tinha alguma coisa contra a ditadura.

Só que a gente reconhecia esse pessoal que vinha para gravar, então, na última hora dava para mudar completamente o que nós íamos falar, para poder evitar que fossem gravadas coisas que podiam nos prejudicar.

E assim continuou esse tempo da ditadura.

Eu queria, para finalizar, contar um fato que me impressionou muito, até hoje. Foi no dia 02 de novembro de 1973.

Por que eu lembro do dia?

Porque 02 de novembro é Dia de Finados.

O pessoal da comunidade e de outras comunidades tinha decidido a fazer um panfleto para denunciar o que a ditadura estava fazendo e distribuir na porta dos cemitérios, porque em 02 de novembro todo mundo vai ao cemitério. E fizeram.

Por voltas das 05 horas da tarde alguém vem para dizer para mim: “Olha, o Marinho...” – que era um jovem da comunidade de 17 anos – “O Marinho foi preso”.

A polícia levou ele.

E o pior é que ele estava sem documentos.

Aí, a família, realmente apavorada, veio falar comigo.

Eu falei: “Olha, vocês me dão os documentos dele, eu vou descer até a polícia para entregar os documentos”.

Aí, quando eu estava descendo – não tinha carro naquela época – quando eu estava descendo, alguém vem avisar que um amigo nosso menos conhecido, que se chamava Expedito, ele tinha sido também preso na porta do cemitério da Vila Vitória.

Aí eu cheguei na polícia, na Avenida Capitão João e perguntei para entregar os documentos ao Marinho.

Eles respondem para mim: “Não, ele já foi levado para o DOPS em São Paulo”.

Aí realmente eu pensei: e agora?

Com os documentos dele na mão, ir no DOPS em São Paulo...
Tinha que ir.

Aí fui tomar o trem na estação. Desci na Estação da Luz.

E fui no prédio do DOPS que ficava há uns 300 metros.

Posso dizer para vocês, que de Mauá até São Paulo, eu fiquei rezando. Eu ia entrar no prédio do DOPS, sabendo que tinha o Marinho e o Expedito que estavam lá presos.



**CÂMARA MUNICIPAL DE MAUÁ
S.P.**

E o que eles iam fazer com eles?
Aí eu cheguei. Fui recebido na entrada por um policial, então, eu expliquei o caso.

Aí o policial falou: “Pode esperar?”.

Subiu a escada e foi avisar o chefe.

Aí ele desceu e falou: “Pode subir”.

Subi.

Cheguei lá numa sala e tinha um policial sentado.

Expliquei.

Não sei como que eu expliquei.

Acho que falei que era um rapaz jovem, que talvez ele não soubesse o que estava distribuindo, que ele estava sem documentos... Falei... Quando terminei de falar, o chefe do DOPS fala: “Eu vou soltar o Marinho”. “Eu vou soltar o Marinho...”.

Aí eu criei coragem, falei para ele: “Senhor, tem um outro. Tem o Expedito”.

Aí ele falou para mim: “O senhor conhece o Expedito?”.

Eu o conhecia muito pouco, tinha visto ele umas duas ou três vezes.

Eu falei: “Conheço”.

“Então vem comigo”.

Aí nós entramos numa sala grande, tinha um balcão e tinha um rapaz sentado, mas escondia o rosto com as mãos e estava curvado.

Aí cheguei perto dele e falei: “Expedito”.

Ele nem levantou a cabeça.

“Expedito, eu sou o Padre José Mahon, vim aqui para te ajudar”.

Nada.

Parecia anestesiado.

Falei uma terceira vez: “Expedito!”

Aí entra o chefe da polícia e fala: “É ele o seu amigo?”

Falei: “É”.

Não sabia. Não sabia.

Ele falou: “Então eu vou soltar ele também”.

Gente, os dois!

Aí tivemos que ajudar o Expedito a andar. Ele não andava.

Descemos a escada, o Marinho tava embaixo.

Peguei ele de um lado, ele do outro.

Nós fomos até a Estação da Luz para voltar para Mauá.



**CÂMARA MUNICIPAL DE MAUÁ
S.P.**

Quando chegamos na estação de Utinga, o Expedito começou a abrir os olhos: “Onde eu estou? O que aconteceu?”.

Aí explicamos.

Olha, eles tinham feito alguma coisa para deixar ele anestesiado, paralisado, eu não sei o quê.

Aí ele começou a perceber que ele estava no trem voltando para Mauá.

Chegamos a Mauá e foi a grande festa.

Esse dia eu nunca vou esquecer.

Acho que saber disso ajuda a perceber o ambiente onde o povo estava vivendo na época da ditadura.

É isso que eu queria falar para vocês.

Obrigado.

(Aplausos)

O SR. PRESIDENTE – Nós é que agradecemos, Padre José Mahon.

Com certeza Mauá tem um débito muito grande com o senhor, de gratidão.

Agora eu quero chamar para depor o amigo, sempre Vereador, sociólogo, e também herói, que combateu aí a ditadura militar e lutou muito pela democracia aqui em nosso país.

Quero chamar o Olivier Negri Filho para fazer parte da Mesa.

Fique à vontade, Olivier, pode usar tanto a Tribuna, quanto a Mesa.

O Sr. OLIVIER NEGRI FILHO – Boa noite a todas e a todos.

Através do Vereador Wagner Rubinelli e do Vereador Edgard Grecco, quero cumprimentar as autoridades presentes, os companheiros e as companheiras que estão prestigiando este ato que eu acho muito importante para a memória do nosso país.

Eu vou procurar ser breve, eu gosto de falar muito, acho que é mania de sociólogo, diretor de escola, professor tem mania de falar muito, mas vou procurar ser bem breve.

Bom pessoal, vou começar pelo início: minha família mudou para Mauá em 58, lá no Jardim Zaíra, o bairro não dispunha de nenhuma infraestrutura,



CÂMARA MUNICIPAL DE MAUÁ S.P.

não tinha água, não tinha iluminação nas casas, absolutamente nenhuma infraestrutura.

A cidade ainda era uma cidade nova, muito recente e enfim, não tinha um hospital, um Posto de Saúde, nada e logo que minha família mudou lá para o Jardim Zaíra, como minha mãe tinha sido enfermeira no interior, lá em Mococa, a cidade de onde eu vim, ela acabou aplicando injeção em um, tirando a temperatura de outro, enfim, quebrando o galho das pessoas que moravam lá, que como nós, éramos migrantes, pessoas que vieram de Minas, do norte do Brasil e do interior do Estado de São Paulo e também alguns imigrantes.

Lá tinham famílias de italianos, espanhóis, enfim, pessoas que vieram para a região do ABC, porque aqui havia iniciado processo de industrialização por conta das indústrias automobilísticas e, portanto, eles estavam querendo buscar aqui melhores condições de vida assim como nós.

Só que assim, quando chegamos aqui, minha família teve um choque muito grande, assim como as demais famílias que moravam lá, porque se lá onde a gente morava tinha dificuldade, aqui a dificuldade era multiplicada por 10, porque não tinha transporte, você tinha que andar a pé mais de quilômetros para poder chegar nas casas, não tinha luz, não tinha água, tinha que tirar água do poço, enfim, uma desgraça total.

Aí o pessoal foi se reunindo, se conhecendo e através da religião, principalmente o pessoal que era católico, acabou se reunindo primeiramente na capela sagrado Coração de Jesus, que era uma capelinha bem pequena, humilde, que tinha lá no bairro e o pessoal foi se conhecendo e discutimos problemas.

Aquela coisa de solidariedade cristã, fazia com que as pessoas se reunissem para ajudar a construção de uma casa, enfim, ajudar com remédio, roupa, porque vocês sabem bem, o pobre divide o pouco que tem, o rico tira o que o pobre ganhou de doação do outro, infelizmente, esta é a realidade, sempre foi assim.

Aí, durante todo aquele processo de conhecimento, iniciaram-se as primeiras lutas de reivindicação por melhorias no bairro, rapidamente o pessoal que era ligado ao Partido Comunista Brasileiro, seja a irmã do Tanassa ou o próprio compadre Jóta, seu José Joaquim de Oliveira, pai da Júlia.

Este pessoal que era ligado ao partido Comunista, a princípio tinha um pouco de dificuldade de se aproximar dos católicos por conta de uma ideologia até de um certo sectarismo que havia por parte do Partido Comunista Brasileiro na época, quando eles perceberam que a luta era comum, eles começaram a se tornar amigos e até a frequentar a igreja.

Bom, o pessoal da igreja católica reivindicou do Bispo, que era o Dom Jorge Marcos, a possibilidade de se criar uma paróquia lá no Zaíra. O Dom



CÂMARA MUNICIPAL DE MAUÁ S.P.

Jorge disse para a comissão de moradores, entre os quais, meu pai, etc, o senhor Odalino, o pessoal mais antigo do Bairro, seu Sebastião Martim, que ele até poderia criar uma paróquia lá, só que aonde o padre iria morar?

O bairro muito pobre, o povo não tinha nem o que comer, como é que ia dar de comer ao padre?

Aí meu pai falou: “Bom, em casa nós já somos muitos”. Somos em sete irmãos, mais dois adotivos, só filhos nove, mais meu pai e minha mãe, mais os tios e tias que moravam conosco, ali já era um hotel, aí o Padre Praxedes foi designado Vigário do Jardim Zaíra e ele foi morar na minha casa.

Bom, o Padre Praxedes, assim como Dom Jorge, tinham uma consciência política bastante apurada a favor do trabalhador, do pobre e oprimido, de acordo do que estava no evangelho.

Gradativamente o Padre Praxedes começou a incentivar o pessoal católico que participava da missa, etc, a estar apoiando os movimentos da sociedade amigos de bairro, enfim, os movimentos populares começaram a se organizar com mais intensidade dentro do bairro.

A gente começou a discutir política, o Padre Praxedes e outras pessoas que tinham uma formação maior. Na época eu era moleque, tinha o quê? 14, 15 anos de idade. Eu com 13 anos de idade, o compadre Jóta, seu José Joaquim me deu o manifesto do Partido Comunista para eu ler e ainda levei o manifesto para eu ler, imagina e era já época da ditadura militar.

Este movimento foi se consolidando, os jovens começaram a se reunir na casa paroquial, através da equipe jovem, chamava equipe jovem, lá participava o Getúlio, o Jesomar que não está aqui, a Julia, a Isolina, enfim.

As pessoas que participavam da Congregação Mariana que havia na época e os congregados marianos, as filhas de Maria, pessoal da liga de Jesus, Maria e José, que eram organizações religiosas dentro da paróquia, começaram a participar da equipe jovem, a gente se reunia para dançar, etc e etc, e também para falar de política.

Em um dado momento, começaram a se organizar no ABC, o primeiro de maio de 1968 e a minha casa, por ser casa paroquial, na época, os padres sempre freqüentaram a minha casa, da diocese inteira até o Bispo chegou a ir lá várias vezes, porque tinha reunião dos padres, o Bispo tinha que vir e era lá em casa.

Aí o meu pai foi tomando contato com o pessoal da JOC, da Ação Católica e foram articulando através do pessoal de oposição sindical, os sindicatos estavam todos com interventores, portanto, tinha oposição sindical, Zé Nanci, lá de Santo André, o pessoal que era ligado aos movimentos operários e também às igrejas.



CÂMARA MUNICIPAL DE MAUÁ S.P.

Não era só igreja católica que despontava nesta luta, algumas igrejas protestantes tradicionais, como a Luterana, Metodista, a Presbiteriana, a Anglicana que é Presbiteriana, também tinham segmentos deles que apoiavam movimentos pela democratização, pela luta, não era só a igreja católica, agora, a igreja católica por ser a maioria tinha uma força maior.

Bom, aí foi feito um trabalho de organização para primeiro de maio de 68, no qual a gente participou, eu era moleque tinha 17 anos de idade, 16 para 17, minhas irmãs tinham 15 anos de idade.

Em Santo André, na paróquia da Vila Palmares, Padre Rubens, com mais outro grupo muito grande de gente, organizou também este movimento. Resultado: fomos todos para o primeiro de maio de 68, com faixas abaixo a ditadura etc, tudo de trem, na época nem tinha carro, não tinha nem telefone quanto mais carro, não tinha nem luz nas casas.

Bom, resultado: depois do primeiro de maio de 68, que todo mundo de uma maneira geral sabe o que aconteceu, baixou o ato institucional número 5, recrudescer a perseguição às pessoas que eram contra a ditadura militar, mas em vez de a gente apagar o facho, como diz o outro, nós nos aproximamos mais do pessoal que era ligado à ação popular.

A ação popular era um partido que surgiu dentro da igreja católica, através do movimento de ação católica, JOC, ACO, etc., enfim, aí resultado, veio Cido Faria, de Santo André, que era APE, veio o Betinho, logo depois Betinho veio e ficou, o Betinho tinha que morar em algum lugar. Ele tinha hemofilia, ele tinha um problema de saúde sério e minha mãe por ser enfermeira, meu pai acabou acolhendo Betinho para morar na nossa casa, porque qualquer problema, ele estava com os documentos falsos, o nome dele era Francisco de Carvalho, na época, era um nome frio, com este nome inclusive, com os documentos falsos é que ele foi contratado para trabalhar na Porcelana Schmidt.

Ele só foi contratado para trabalhar na Porcelana Schmidt, porque o chefe do Departamento Pessoal lá, era um cara ligado ao Partido Comunista Brasileiro, que era o senhor Nelson de Genaro, que atualmente não mora em Mauá, ele não precisou de fazer exame médico, pois se tivesse que fazer exame não passava, é lógico.

Bom, com a vinda do Betinho e do pessoal da APE, nós acabamos nos filiando ou associando a Ação Popular e formamos as células de base, várias células que eram os militantes, depois tinham os simpatizantes e os aliados.

Esta atuação da APE em Mauá e também na Vila Assis e em alguns outros bairros, mas o mais forte era no Jardim Zaíra, consistia em fazer um movimento de denúncia contra a ditadura.



CÂMARA MUNICIPAL DE MAUÁ S.P.

Nós fazíamos comícios relâmpagos, fazíamos palestras nas datas que se comemoravam, por exemplo, Independência do Brasil. Então nas casas de alguns aliados, que normalmente era gente ligada à igreja, com certeza absoluta, a gente reunia um grupo de pessoas e ia um palestrante lá e discutia, que tipo de independência nós temos? Se nós temos dependência econômica dos Estados Unidos.

Enfim, era feito um proselitismo político de conscientização política da massa, da população do bairro, isso além dos comícios relâmpagos que a gente fazia, subia em cima de um caixote de tomate e metia o pau.

Aí tinha o grupo de autodefesa, que era um pessoal que treinava capoeira, etc., do qual o Getúlio fazia parte, o Getúlio era moleque, eu tinha 17, eu era 02 anos mais novo que eu, imagina minha cabeça, eu tinha 15 anos, Jesomar e outros mais, o Luís, o Sabiá, o Sebastião, enfim, tinha um grupo de homens que fazia o grupo de autodefesa, enfim, o Raimundo, com certeza.

Gente, foi assim uma militância muito intensa, a gente participava, eu a Júlia, o Gil, participávamos da UBES - União Brasileira de Estudantes Secundaristas também e tinha a participação nossa da associação de moradores, além da atuação na igreja.

Bom, em 1970 nós tivemos uma notícia de que, provavelmente, nós havíamos sido denunciados e que iria ser preso um grande número de pessoas em Mauá.

E aí muitos de nossos amigos, todos foram aconselhados, quem era militante do Partido a se mudarem de Mauá, ir para Santo André e outras regiões do ABC. E alguns resistiram a mudança, por quê?

Porque sabia que a família ia ficar aqui e iria sofrer a consequência, com certeza.

Eu fui um dos que ficou, a Júlia foi outra que ficou também, seu Joaquim, enfim, o Jair Zoanon também, a Izolina, enfim, várias pessoas permaneceram morando nos mesmos lugares.

Porque não tinha para onde se esconder, como é que meu pai ia se esconder com 09 filhos, o filho mais velho com 17 anos? E o seu Joaquim, ia se esconder onde? Então ficamos aqui e *aí* eu fui preso dia 16 de dezembro.

Dia 16 de dezembro eu estava estudando lá que tinha uma prova de física e os caras me mandaram *me* chamar na junta militar aqui em Mauá, dizendo que eu ia ter que fazer um discurso e juramento da bandeira.

Reparem bem vocês. Eu peguei uma bicicleta velha, eu estava estudando com o professor Gabriel que é um amigo nosso lá do bairro, e de chinelo e vim aqui para a junta, que funcionava ali perto da estação.



CÂMARA MUNICIPAL DE MAUÁ S.P.

Cheguei lá e seu Antônio, seu Antônio era amigo do meu pai, porque ele era Congregado Mariano aqui da Matriz, ele era o chefe da junta e tinha o Carlos que é meu amigo até hoje, que era um garoto na época e ajudava o seu Antônio, seu Antônio falou: “Olivier” – quando ele falou Olivier um cara já me grudou: “Oh companheiro! Estou aqui, porque caiu os nossos companheiros nossos em São Paulo” – Quando ele veio com esta conversa, pensei: “Tô ferrado, já sei o que vai acontecer”.

Aí, eles me raptaram, me jogaram dentro de um fusca e me levaram para uma chácara, aqui, depois identifiquei o local tudo direitinho. O dono da chácara nem sabia que eu tinha sido torturado lá, mas depois eu contei para ele.

Eu fui levado para esta chácara e fizeram roleta russa, levei uns petelecos, apanhei que só um desgraçado, me fizeram ficar nu, não queria tirar a roupa de medo, os caras me arrancaram a roupa na marra, para humilhar e tal. E aí quando fizeram roleta russa eu fiquei bastante apavorado, mas eu imaginei se eu não confirmei nada do que me perguntaram vão me matar, só não vão me matar se eu confirmar alguma coisa, foi o raciocínio que eu tomei.

E assim, de medo mesmo, eu tranquei a boca e não falei nada, mas eles perguntavam: “Conhecem fulano de tal?”. E eu dizia que conhecia, não podia negar e aí perguntaram: “Conhece o Manoel?” – “Ah, o seu Manoel português?” – “Manoel, deixa de ser idiota” – “Quer dizer que o seu Joaquim não é o seu Manoel?” - “Não, o seu Joaquim é seu Joaquim, seu Manoel é seu Manoel”.

Então dei uma de retardado, porque eles queriam nome quente e o nome frio, seu eu confirmasse significava que a denúncia que eles tinham era verdadeira. Eu apanhei *pra caramba*.

Aí nisso entrou um rapaz chamado Josimar, na época ele era cobrador de ônibus, amigo nosso, participava lá da comunidade, mas não era o Jesomar e eles estavam atrás de Jesomar.

Quando o rapaz entrou embaixo de peteleco, porque ele era muito grandão, alto assim, até a família dele é vizinho da Júlia até hoje.

Aí, resultado, o cara me viu: “Olivierzinho, fala para eles que eu não sou o Jesomar, que eu sou o Josimar, eu também participo lá do grupo de jovens”

Aí o cara já começou a contar que participava do grupo de jovens e tal e tal, aí os caras: “ah! Quer dizer que este não é o Jesomar?” - Eu falei: "Não, este não é o Jesomar, este é o Josimar”.

Beleza. Aí: “Pode botar a roupa” – Aí já meio ensanguentado, que já tinham me detonado o supercílio, não sei o que, botei a roupa e pensei – eles vão me mandar embora – me jogaram dentro do carro e me levaram para a Seccional de São Bernardo.



**CÂMARA MUNICIPAL DE MAUÁ
S.P.**

Quando cheguei na Seccional de São Bernardo, eu vi o horário, na hora assim, era dez para as seis, passamos por onde fica o escrivão, aí fui.

Me levaram para um quartinho, de mais ou menos uns cinco metros de comprimento, por uns dois de largura e dois metros de altura: “Tira a roupa” – aí entrou assim, uns dez caras, policial militar e civil, investigador: “Tira a roupa” – E eu: “Não tiro, não tiro!” – Os caras: “Arranca. Então não vai tirar? Então a gente arranca” – Arrancaram, rasgaram a minha camiseta, arrancaram a minha calça, eu estava de chinelo mesmo, já estava arreventado o chinelo.

Beleza.

Aí os caras pegaram, tiraram do teto um alçapão assim, eles puxaram a madeira caíram 02 correntes, aí eles enfiaram a mão lá dentro, tiraram uns fios de eletricidade, um pedaço de toalha velha, amarraram meus pulsos, meus tornozelos, eu nu, enfiaram nas minhas pernas, de um lado para o outro, uma barra de cano de ferro, me penduraram de pau de arara, igual aqueles frangos que a gente vê para assar, daquele jeito eu fiquei.

Os caras começaram a fazer perguntas e dar choques nos órgãos genitais, na boca porque é onde é mais sensível.

Tinha hora, acho que depois de, acho que uns 15, 20 minutos que para mim devia parecer mais de 03 horas, eu dava graças a Deus quando eles davam choque, porque eu tremia assim e aliviava o peso no braço.

Mas, enfim, eu fui torturado aproximadamente uma hora, porque na hora que eu saí, eu estava tão preocupado que se eu não falasse nada, eles fossem me soltar, eu estava achando que ainda ia fazer a prova de Física aqui no Viscondão, no Therezinha Sartori.

Quando eles me desceram do pau de arara, eu já não conseguia ficar de pé, nem por a calça, com muito custo eu consegui por a calça, me puseram de novo no carro e me jogaram na delegacia de policia de São Bernardo, no *corró* lá, lugarzinho que ficam só pessoal que eles pegam, bêbados, traficantes, sei lá o que e eles me colocaram no quartinho, fiquei lá o final de semana inteiro.

Na segunda feira me chamaram no gabinete do delegado, na época eram os delegados, Dr. Machado, Dr. Jefer e Dr. Augusto, os três delegados da Seccional.

E eles me botaram dentro do carro e me levaram para o Jardim Zaíra e eu todo ensangüentado, todo esbodegado, entendeu? Tinham caído obturações dos dentes, que tinha umas três na boca, caiu derreteu, caiu por causa das torturas, minha boca já não conseguia beber água, e eu estava com muita marca de tortura, e me levaram primeiro em casa para tomar banho e tudo.

Bom foi um *forfé* grande, porque a comunidade lá, a gente é muito conhecido, reuniu muita gente lá em casa, na hora o Jesomar viu que eu estava lá,



**CÂMARA MUNICIPAL DE MAUÁ
S.P.**

se entregou puro e simplesmente e eles foram pegando o pessoal nos locais de trabalho.

O Gil trabalhava na Ibrape e prenderam o Gil na Ibrape, e foram, prendendo, prendendo, prendendo, quem eles puderam por a mão que eles acharam em casa ou acharam no trabalho eles foram prendendo, a Julia foi lá no escritório, enfim.

Aí, nós fomos levados para a Seccional do DOPS em São Bernardo. Passamos um tempo lá, fomos muito torturados, Getúlio e o Jesomar foram os que, fisicamente, foram muito torturados, tanto que os tímpanos do Getúlio estouraram de tanto telefone que deram nele.

Bateram, bateram demais, o Getúlio foi uma pessoa que teve uma força muito grande de ter agüentado tudo aquilo e não ter entregado o Chico, o Betinho, porque o Betinho se tivesse sido entregue naquele momento, tinha sido morto.

O Betinho morava em Santo André, junto com a primeira mulher dele e o filho mais velho, e ele, se fosse preso, com certeza seria morto, e o Getúlio sabia onde morava e viu ele na rua. Em uma das diligências que tinham mania de levar um de nós, ele viu na rua, virou a cara para outro lado e não reconheceu.

Então, estou dando este depoimento, isso o Getúlio pode falar melhor que eu no depoimento dele, mas que eu admiro muito a coragem que todo o nosso pessoal teve.

Eu sempre brinco que se todas as pessoas envolvidas, naquela época, com os movimentos populares fossem presas, tinha que pegar o estádio de Mauá e ainda não cabia, porque era muita gente, era muita gente envolvida.

Só que, logicamente, foram sendo presos aqueles que tinham documentos que aparecia o nome, porque na época a gente tinha assim, muita confiança. Então, tinham documentos nas casas das pessoas que tinham até nome, nome quente e nome frios das pessoas.

Então, esses aí acabaram sendo presos e a maior parte foram pessoas que tinham lá nomes nesses documentos.

Enfim, de lá da Seccional fomos até o DOPS, rapidamente, passamos por lá, e fomos para a Operação Bandeirante, onde houve novamente sessões de torturas, não só física como psicológica com todos.

Meu pai, coitado, dá dó, foi preso acho que umas 10 vezes. Eles prendiam de manhã, levava meu pai para lá, torturavam o meu pai na minha frente, fazia o meu pai me dar choque, tinha uma maquininha de choque lá. Me torturavam na frente do meu pai, torturavam o meu pai na minha frente, aí soltavam o meu pai.



**CÂMARA MUNICIPAL DE MAUÁ
S.P.**

Meu pai chegava em casa, vinha outra viatura e prendia o meu pai de novo e levava o meu pai para lá. Meu pai foi assim, um ping-pong e eles ameaçaram muito, porque tinha fotografias das minhas irmãs, Elizabete e Margarete que são gêmeas, com a faixa: *Abaixo a ditadura*.

Então, ameaçavam que iam pegar a minha irmã.

A Bete tinha acabado de ter bebê, que é o Almir Rogério, meu sobrinho mais velho: “Eu vou prender sua irmã também”. Minha irmã estava de resguardo ainda.

Então, apavorou muito a gente, apavorou todo mundo.

Eu fiquei preso 89 dias, não recebi visitas um dia.

De gente que não estava presa, só tive a oportunidade de ver a comadre Marcelina, uma vez no DOPS, a mãe da Júlia, foi a única pessoa de fora que vi e meu pai que saía, coitado, voltava, era torturado e ele voltava.

E aí, foi um negócio muito terrível para todos.

Eu quero dizer mais uma coisa, a gente fala de quem morreu, que é uma coisa, uma dor que você... Eu e o Gil fomos as duas primeiras pessoas que vimos o Raimundo morto, porque os caras, o JC, aquele desgraçado, que ainda não foi preso, mas nós sabemos onde o desgraçado está trabalhando como delegado ainda, me disse assim: “Oh, teu companheiro aí, o negão, ele quis ser muito machão, até o último minuto manteve a posição, mas está morto viu. Ele já foi. Agora prepara que têm vocês para cair”.

Eu perdi o chão, porque eu nem sabia que o Raimundo tinha sido preso. Eu não sabia, porque eu estava na cela e não sabia. Quando ele levantou o lençol e eu vi o rosto do Raimundo, branco como uma cera, um negão né, eu reparei a sonda do Raimundo arrancada e jogada do lado, em cima da mesa. Uma sonda, porque ele tinha sofrido uma operação, ele tinha uma sonda com um nó dado.

Eu e o Gil fomos os dois primeiros a ver.

Agora, as pessoas quando saíam de lá, nós ficamos todo este tempo preso, uns ficaram mais, outros menos, eu fiquei 89 dias e quando eu sai, a gente... Tiveram pessoas que conseguiram superar todo o trauma que passou lá dentro – nunca se supera totalmente – e outras tiveram seqüelas gravíssimas que nem se fala aqui.

Mas hoje eu faço questão de falar de uma moça que se chama Aide Yurico Oda.

A Aide, quando nós fomos presos, era a minha namorada e ela tinha... Era 01 ano mais velha do que eu. Eu tinha 18 anos e ela 19 anos e essa menina culta, bonita, inteligente...



CÂMARA MUNICIPAL DE MAUÁ S.P.

A Julia teve a oportunidade de conviver com a Aide muito tempo. Nós estudávamos juntos no Viscondão, Therezinha Sartori. Ela adquiriu esquizofrenia paranóica por conta da tortura psicológica e etc, que ela sofreu. Hoje ela tem 63 anos de idade, eu vou fazer 62 e ela está completamente alheia do mundo. Eu vou lá visitá-la de vez em quando. Tenho muito amizade com a família. A irmã que cuida dela, a dona Tereza, é muito amiga da gente e eu tenho ido lá esporadicamente visitar.

Inclusive minha esposa, que Deus a tenha, porque faz poucos meses que faleceu, foi lá já comigo visitar a Aide, quando estava viva e as minhas filhas também estiveram lá, porque temos amizade com a família.

E ela está lá inerte, não toma um copo de água que você de para ela. Ela tem que ir lá e pegar. Ela não come um pedaço de pão, se ela não fizer o pão, porque ele tem aquela mania de perseguição.

Eu não sei se poderia estar falando, mas, por exemplo, a irmã do Getúlio, a Laide, tem um trauma, que você não pode tocar nesse assunto para ela, que ela – você entendeu? – que ela tem um *piripaque*.

A pressão que a Laide sofreu foi um negócio tão absurdo, ela era menina de tudo, menina de 14, 15 anos de idade, ela não chegou a ser presa, mas só o susto que meteram nela e na família, os traumas que todas as famílias sofreram, foi algo assim indescritível.

As mães que ficaram em casa, a minha mãe, a mãe da Julia, a dona Anunciata, mãe do Getúlio, que está viva até hoje e lúcida, é uma coisa absurda, a dona Maria, mãe do Hélio, que puxa vida, o Hélio era namorado da minha irmã Margarete quando foi morto, é uma coisa indescritível.

Todo este drama pessoal, ele é importante que seja lembrado, mas o que a gente não pode perder o foco é do seguinte: isso tudo é triste, é lamentável, etc, mas, eu, particularmente, se tivesse que passar por tudo isso, eu passava sim.

Talvez a gente tivesse uma estratégia diferente, porque as coisas mudaram, a gente mudou, a gente aprendeu, mas a democracia só foi possível neste país – embora nós estamos ainda em um processo de aprendizado do que significa a palavra democracia... Mas se o que temos hoje, em termos de democracia e de liberdade, que não é aquilo que a gente quer ainda, a gente agradece a esta luta que foi travada por milhões de brasileiros.

Eu acho que todo este sofrimento tem que ser lembrado, mas a gente tem que ressaltar a importância.

Para que se chegasse às lutas dos trabalhadores, com as primeiras greves em 80, foi preciso plantar e a gente, nós pudemos, humildemente, ser aqueles primeiros semeadores nessa última fase recente da história política do Brasil.



**CÂMARA MUNICIPAL DE MAUÁ
S.P.**

Então, a gente ajudou a semear e eu acredito que ainda vamos colher os frutos, porque nós estamos em um processo, como eu já disse.

Eu acho que vou encerrar, porque acho que o meu tempo já deu e está um pouco tarde para que todos nós estejamos aqui.

Obrigado pela paciência.

O Sr. PRESIDENTE – Quero registrar a presença do senhor Chico Bezerra, ex-metalúrgico e Presidente do Centro de Memória de Resistência da Ditadura Militar do ABC.

Quero registrar também a presença do senhor Enéas Alves de Souza, Presidente da Orquestra de Violeiros de Mauá.

Quero, antes de fazer o encerramento formal, agradecer a cada um dos senhores, com certeza os senhores e as senhoras são cidadãos e cidadãs que fazem a diferença, que estão preocupados com a democracia e preocupados também em ter este registro histórico, que é o trabalho que estamos realizando aqui esta noite.

Quero agradecer muito o meu amigo Ricardo Zarattini, Deputado, grande amigo.

Quero agradecer a todos vocês, quero agradecer a Maria Julia de Oliveira Lobo, que depôs nesta noite aqui na Comissão da Verdade de Mauá, o meu amigo Olivier Negri Filho, o Padre José Mahon.

Muito obrigado a todos vocês.

Agora chegamos ao final desta audiência pública, que tratou de registrar o depoimento de munícipes que sofreram durante o período da Ditadura Militar no Brasil.

Posteriormente serão tomados outros depoimentos e todo material registrado será remetido à Comissão Nacional da Verdade, em Brasília.

Em nome dos membros da Comissão da Verdade de Mauá e de todo o Legislativo mauaense.

Agradeço a presença das autoridades, dos depoentes, e dos munícipes presentes.

Agradeço também os servidores desta Casa e demais pessoas envolvidas em prol da realização deste evento.

Obrigado.

Declaro encerrada a presente audiência pública.

ENCERRADA A AUDIÊNCIA – 22h06min



**CÂMARA MUNICIPAL DE MAUÁ
S.P.**

CÂMARA MUNICIPAL DE MAUÁ

**AUDIÊNCIA PÚBLICA “DITADURA MILITAR: FATOS E
CONSEQUÊNCIAS DAS PERSEGUIÇÕES”,
REALIZADA PELA COMISSÃO DA VERDADE DO MUNICÍPIO DE
MAUÁ
06 DE AGOSTO DE 2014**

PRESIDENTE DA AUDIÊNCIA – VER. WAGNER RUBINELLI

- Às 19h30min, o Senhor Presidente, Vereador Wagner Rubinelli, dava por aberta a presente Audiência Pública -

O Sr. PRESIDENTE – Boa noite a todos.

Quero agradecer a presença de todos, senhores e senhoras munícipes presentes esta noite na Câmara de Mauá.



**CÂMARA MUNICIPAL DE MAUÁ
S.P.**

Eu, Vereador Wagner Rubinelli, Presidente da Comissão da Verdade do Município de Mauá, declaro aberta a 2ª Audiência Pública “Ditadura Militar: Fatos e Consequências das Perseguições”.

Agradeço e registro a presença das seguintes autoridades que, juntamente comigo, compõem esta Mesa:

Senhora Carla Juliana Picinati Borges, Coordenadora de Políticas de Direito à Memória e à Verdade da Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania da Prefeitura de São Paulo, representando o Senhor Fernando Haddad, Prefeito de São Paulo;

Registro também a presença do Vereador Edgard Grecco Filho que é relator da Comissão da Verdade do Município de Mauá.

Quero agradecer a todas as demais autoridades que aqui se encontram e, neste momento, eu gostaria de convidar o Padre Walfrides Praxedes para fazer uso da cadeira, que será o primeiro depoente.

Só pediria para o padre aguardar um minutinho que o nosso relator também dará uma palavra aos senhores presentes.

O VER. EDGARD GRECCO FILHO - Boa noite a todos.

Cumprimentar a Mesa, os jovens interessados em conhecer um pouco da história política da nossa cidade, o que é importante, porque vivemos num país, uma vida de transformações, os costumes mudaram, a liberdade de expressão hoje é um fato, a liberdade de ir e vir também.

Mas a consciência de nós, que fizemos parte da história... Eu na década de 70, mais estes companheiros aqui, foi em 1950, tenho certeza que os depoimentos deles, principalmente aos jovens aqui interessados na história política do Brasil e, em especial, da nossa cidade, com certeza será o alimento para que vocês dêem continuidade, acreditando que esta vida é para todos, que temos que entender melhor e lutar efetivamente para uma redistribuição da riqueza do nosso país.

O pressuposto da democracia é a liberdade de expressão, a educação, a saúde, o transporte, o trabalho, a renda e nós precisamos estar aqui, independente das cores partidárias, padre, nós temos que ter esta consciência, de começar a dar continuidade na semente que vocês plantaram para nós.

Então, a minha felicidade, a minha força interior é pautada em companheiros como o Padre Praxedes, o Olivier, a dona Júlia, o senhor Hélio, pessoas que fizeram a história política de nossa cidade. Foram presos, torturados e hoje estão aqui para rever um pouco.

E que vocês saiam daqui com esta consciência, de continuar lutando.



**CÂMARA MUNICIPAL DE MAUÁ
S.P.**

Esta juventude tem que ter uma autocrítica mais aguçada, tem que participar da vida política de nossa cidade, que é assim que se forma uma classe política mais consolidada, buscando soluções sociais para a nossa cidade.

Então, Padre, continuo acreditando na redistribuição da riqueza.

Não é possível uma cidade de Mauá, que tem um pólo industrial capitalista rico, tanto o pólo petroquímico, como o pólo industrial e 16% da população, 67.221 pessoas, vivem em estado de vulnerabilidade.

Não vou me alongar, porque nós queremos ouvir os depoimentos de vocês, mas esta certeza de que nós estamos revivendo as pessoas que fizeram que eu estivesse aqui na tribuna como Vereador, defendendo as políticas sociais da cidade.

Muito obrigado.

(Aplausos)

O Sr. PRESIDENTE – Antes de passar para o depoente, eu quero passar para que a Senhora Carla Juliana, representando o Senhor Fernando Haddad, faça uma breve saudação.

A Sr^a CARLA JULIANA PICINATI BORGES – Boa noite a todos.

Em primeiro lugar, em nome do Prefeito Haddad, eu queria parabenizar pela Comissão da Verdade aqui da Câmara de Mauá.

A gente fez questão de estar presente para prestigiar esta audiência, já é a segunda que vocês estão fazendo e o Prefeito vê com muito bons olhos a multiplicação de tantas comissões da verdade pelo país todo.

Nós também, chegando mais recentemente, acabamos de sancionar a Comissão da Verdade do Executivo Municipal, lá na Prefeitura de São Paulo. Já existem várias outras comissões que também atuam na cidade, na Câmara, na Assembléia, e esta comissão do Executivo vai ter muito a função de olhar para dentro de Casa e apurar qual foi o papel da Prefeitura durante a repressão.

Infelizmente a gente sabe que ela teve uma atuação muito importante, o serviço funerário, o cemitério sempre vinculado à Prefeitura, o cemitério de Perus, em vários outros casos como estes. Funcionários que sofreram perseguições, professores que foram impedidos de tratar certos temas em salas de aula. Este vai ser o foco muito preciso da comissão que está para ser instalada.



**CÂMARA MUNICIPAL DE MAUÁ
S.P.**

Então, parabenizar novamente.

São 50 anos que se passaram do golpe e a gente sabe tão pouco desta história, então, que venham muitas comissões, muitas audiências para que a gente entenda melhor este passado e evitar que se repita de novo, novamente outras formas de repressão que nós testemunhamos naquela época.

Então, bom trabalho e vamos ouvir os nossos depoentes.

O Sr. PRESIDENTE – Muito obrigado.

Quero registrar a presença da Senhora Maria Júlia Lobo, que é do Centro de Memória e Resistência do Povo de Mauá e região.

Quero registrar também a presença da Doutora Claudete Porto, ex-Vereadora, que representa o Senhor Waldir Luiz, Secretário de Esporte, Cultura e Lazer da nossa cidade.

Quero registrar a presença do nosso colega e ex-Vereador Olivier Negri Filho, também do Centro de Memória e Resistência do Povo de Mauá e região.

Quero agradecer a presença do nosso Secretário de Assuntos Jurídicos da Prefeitura de Mauá, Doutor Eudes Mochiutti.

Seja muito bem-vindo, doutor.

Quero passar a palavra ao nosso convidado, Padre Walfrides Praxedes.

Nós estivemos aqui, Padre, já na primeira audiência, contamos com a presença do Padre Mahon que falou um pouco para todos aqui da cidade de Mauá e para a Comissão, como foi aquela época dura de perseguições, de torturas e prisões.

E hoje, na segunda audiência, nós temos o prazer de ter o senhor aqui para continuar falando um pouquinho deste período.

Nós temos aqui vários depoentes, então, gostaríamos, se possível, que o senhor sintetizasse tudo num espaço de 15 a 20 minutos.

Muito obrigado, Padre.

O PADRE WALFRIDES PRAXEDES – Esta memória da participação da gente num período da ditadura é uma dura memória, porque fere o coração da dignidade humana, do nosso povo, de todos os ideais que foram sepultados naquela época, uma época em que não se poderia sonhar, projetar, mas que nós tínhamos sempre que dizer: “Brasil, ame-o ou deixe-o”.



CÂMARA MUNICIPAL DE MAUÁ S.P.

Era o lema da ditadura e todos que se opunham ao poder militar, eram tido como antipatriotas.

Então, eu, naquela época, vou reduzir a minha declaração em um período relativamente curto, mas muito significativo, em que eu estive de 1963 a 1969 atuando no Jardim Zaíra, como primeiro pároco.

Era uma paróquia recém fundada e eu fui o primeiro pároco.

Foi uma experiência de trabalho direto, com um povo muito pobre vindo do nordeste, do interior de Minas e do interior de São Paulo.

Chegou empurrado pela necessidade de trabalho com um ganho melhor do que estava sujeito a ganhar na roça ou em pequenas cidades.

Para formar nesse povo, uma nova consciência de dignidade baseada na justiça e na liberdade, procurei dirigir minha atividade não apenas a uma religião de culto e prática de devoção. Estimulado por Jesus que viu e se interessou pelo camponês, quase sempre expulso das suas férteis propriedades pela ocupação da Galiléia, pelas forças militares do Império Romano.

Percebeu que se tratava de um pobre “empobrecido”. Acompanhou Jesus o sofrimento do lavrador que prepara a terra nem sempre produtiva a ele destinada, acompanhou a semeadura, o crescimento da planta e se alegrou com a colheita. Observou os desempregados que aguardavam nas praças, serem contratados por um dia. Esteve com as mães que o procuravam com seus filhos pequenos.

Vivia rodeado de doentes, pobres e ignorantes, desprezados e humilhados, desequilibrados e malucos. Eu lia o evangelho e lia a história do povo do Zaíra.

Também eu não podia passar indiferente pelas ruas poeirentas ou enlameadas do meu bairro. Sofri o impacto com o que vi. Jesus veio para que todos tivessem vida e sofreu as dores do seu povo. Não podia ser diferente para mim, que queria ser seguidor e discípulo de Cristo.

O cenário, pois, que encontrei foi este: a evidente pobreza de um povo que morava em pequenos lotes pagos a “suaves” prestações, em casas inacabadas, construídas em mutirão de parentes ou amigos nos fins de semana, abrigando em seu interior numerosa família, sem nenhum conforto, pouca roupa, pouca comida, salário curto.

O que talvez mais custasse para esse povo foi passar por uma rápida e agressiva transformação: de lavrador a operário, de caipira a cidadão de metrópole. Nesta situação a Igreja não se contentou em alimentar a religiosidade restrita ao culto, à catequese e às bênçãos.

Tinha tudo isso, mas preocupava-se também com as condições de vida e trabalho daquele povo que ocupou o Zaíra na década de 60.



CÂMARA MUNICIPAL DE MAUÁ S.P.

Ali trabalhei, me alegrei, me entusiasmei, sofri, fui acolhido e também não compreendido.

Desde o início, sem o mínimo recurso material, só foi possível permanecer no bairro, porque encontrei boa vontade e generosidade, em pessoas como Oliver Negri que me alimentou em quase todo o tempo em que estive no bairro.

Sua sogra e vizinha, dona Maria Lopes, cedeu-me dois cômodos na frente de sua casa onde dormia e atendia as pessoas que me procuravam. Não tinha igreja, a não ser a capela do Coração de Jesus, muito pequena, situada no meio do bairro.

Rezava a missa sob uma cobertura, sem paredes em um terreiro alagadiço, onde se ergueria depois que eu saí, a atual Igreja Matriz que hoje se dedica a São Paulo Apóstolo. Relato isso para deixar bem claro que não há como servir ao povo trabalhador e pobre senão vivendo as mesmas condições.

Eu não era um intelectual orgânico muito em voga naquele tempo. Não cheguei lá com pretensão de impor ideias revolucionárias estranhas à mente daquele povo.

Ao ver a situação, pensei muitas vezes na visão e sentimentos de Jesus: sofreu o sofrimento dos que o procuravam com suas chagas expostas. Busquei alguma prática coerente com o que aprendi com o Divino Mestre: dar a todos consciência de si mesmos, da vida que levavam e que não era digna, formar lideranças que se tornassem capazes de assumir responsabilidade na busca de meios que levassem a melhores condições de vida; enfim, criar instrumentos para isso.

O trabalho resultou em espaços de participação. Foi brotando na mente e no espírito das pessoas, o desejo de liberdade, de organização e interesse pelo bem comum. Ficou claro que os trabalhadores deixavam na fábrica suor, saúde e vida, mas não dava pra viver do seu trabalho.

O gasto de energia não revertia em benefícios para suas famílias e muito menos percebiam alguma melhoria no bairro: ruas de terra mal conservadas, esgoto inexistente, falta de água encanada, falta de um posto de saúde, uma só linha de ônibus fazendo muitos caminharem longas distâncias, uma só escola primária, praticamente nenhuma assistência à infância, etc.

Nos 06 anos que morei no Zaíra deu para perceber até onde chega a exploração capitalista: esgota o trabalhador, reduz à pobreza permanente suas famílias que são esquecidas pelo poder público em bairros precariamente servidos. É assim que se garante a reserva de mão de obra barata que se reproduz nos bairros pobres.



CÂMARA MUNICIPAL DE MAUÁ S.P.

Eu não podia, em consciência, encarar isso com água benta e promessa de vida futura. Pelo contrário, todo o meu entusiasmo de jovem padre foi canalizado na formação de uma consciência transformadora das condições de vida a partir do bairro.

O trabalho constante visou à formação de cristãos cidadãos participantes e construtores de um mundo novo. Aproveitamos para isso todos os recursos comuns a uma paróquia: as missas, as homilias, a catequese, as devoções, as reuniões, as festas.

Em todas as ocasiões insistíamos que estávamos num bairro, precisávamos olhar para a vida dos seus moradores, nós mesmos éramos moradores como todos os demais.

Mas seria um olhar interessado, não indiferente, na busca de solução para os graves problemas que enxergava. Para conhecimento e julgamento da realidade, usávamos ensinamentos do evangelho, tentávamos captar o modo humano de Jesus viver, e os recursos ou instrumental das ciências sociais. Isso nos fornecia sua adequada leitura e interpretação da realidade.

A teoria era passada em reuniões, assembleias paroquiais, encontros de estudo. Mas o importante foi a prática gerada por esse esforço de formação.

As lideranças amadureceram não apenas participando de encontros e atividades da igreja, mas também na reestruturação da Sociedade Amigos de Bairro, na formação da Cooperativa Popular de Consumo, na formação de grupos de mulheres, em movimentos para reivindicar água encanada, esgoto, calçamento, posto de saúde, creche, mais e melhor transporte coletivo, escola, etc.

Todas as atividades eram programadas e revisadas nos diversos grupos de interesse, mas, depois, para despertar também interesse coletivo, a atuação das lideranças era colocada, discutida e apreciada em assembleias paroquiais mensais.

Estas eram abertas a todas as pessoas, mesmo as que não participavam de grupo pastoral. Além de uma visão de conjunto, tais assembleias podiam despertar interesse para uma maior participação.

Com o advento do regime militar que restringiu a participação livre nos sindicatos, nos grêmios estudantis, nas comissões de fábrica e nas associações populares, não é de se estranhar que o modo de fazer pastoral no Zaira e em diversas outras paróquias do ABC, chamasse a atenção das autoridades.

Estava claro que em nenhum momento apoiamos a ditadura, embora fossemos comedidos nos nossos comentários públicos.

Víamos como urgente e indispensável uma tomada de posição. Para isso concordamos em reunir um grupo de pessoas que já atuavam na paróquia



**CÂMARA MUNICIPAL DE MAUÁ
S.P.**

e no bairro para análise da conjuntura sócio-política e possível resistência aos militares no poder. Sabíamos, sobretudo a partir de 1968 e do AI -5, que ser contra os chefes militares, em posse do poder, era considerado antipatriótico.

“Brasil- Ame-o ou deixe-o”, bradavam eles a todo o momento.

Nossas lideranças, impulsionadas pela fé, em nome dos valores evangélicos, em nome da liberdade de expressão e organização, começaram a somar forças para resistir. Sem abandonar as conquistas já obtidas em favor dos moradores, começavam a se organizar também politicamente contra o regime participando de ações públicas na defesa das liberdades democráticas que nos eram negadas.

Em consequência, todas as nossas atividades passaram a ser vigiadas: celebrações, homilias, tentativa de espionagem nas nossas reuniões do grupo, festas, encontros de formação, etc.

Em meados de 1969, mais ou menos, o DOPS começou a perseguição ostensiva no Zaíra e nos movimentos pastorais populares promovidos pela Igreja.

Num belo dia, quando presidia uma assembleia paroquial, fui avisado de que os militares haviam prendido Monsenhor Antunes, pároco da Catedral de Santo André e Pe. Rubens Chassereaux, pároco de Nossa Senhora das Dores, na Vila Palmares, alarmando os paroquianos. Era também avisado por Dom Jorge que estavam a caminho do Zaíra para me buscar.

Com o telefone censurado era arriscado fazer uso dele. O bispo, no entanto, não teve outro meio de me avisar. Viajei imediatamente para Cianorte, PR, para buscar algumas orientações jurídicas com meu irmão Benedito, advogado.

Fiquei alguns dias com ele, aflito por não ter notícias dos meus companheiros do Zaíra por causa da censura que tornava perigosa qualquer comunicação.

Depois que voltei, nasceu e amadureceu a ideia de morar no interior. No segundo semestre de 1969, isso se concretizou. Deixei a paróquia doente, esgotado e precisando de uma reciclagem na minha vida de padre.

Pensei em formar uma equipe de 03 padres em Mococa, SP. Infelizmente isso não deu certo e 02 meses depois era nomeado pároco de Altinópolis, SP, diocese de Ribeirão Preto. Eram alguns dias após 07 de setembro.

A pequena cidade, sobretudo os paroquianos estavam agitados, porque um padre passou por lá, celebrou duas ou 03 missas e seu sermão foi considerado subversivo e uma devota o denunciou. O padre acabou preso.



CÂMARA MUNICIPAL DE MAUÁ S.P.

De imediato organizei um abaixo assinado em defesa do padre, em que pessoas influentes da cidade que estiveram em alguma das missas, o inocentavam.

Também nos dias da minha chegada em Altinópolis, o clero em peso da Diocese de Ribeirão Preto excomungou o delegado da cidade por ter prendido 02 padres que atuavam na Pastoral da Terra, na zona rural. Eu fui um dos signatários de tal documento.

Evidentemente a perseguição dos militares, via DOPS, se estendeu por todo ABC. Muitas prisões de líderes sindicais, estudantes e populares. Mauá e especialmente o Jardim Zaíra, bairro e paróquia tiveram presos seus líderes.

Da paróquia e bairro foram presos 20 pessoas aproximadamente. Sofreram diversos tipos de tortura, e uma, o Raimundo, foi assassinado. Um tempo de terror.

As pessoas simples tinham medo de repressão a qualquer atividade da paróquia. Sob o ponto de vista pastoral a paróquia se tornou um terreno perigoso, minado.

Pároco em Altinópolis corria por lá boato, vindo de São Paulo, que me transferira para lá com intenção de formar lideranças na zona rural. Na verdade nada entendia do assunto. Mas, numa tarde do início de 1971, parece-me, o Delegado Regional de Ribeirão Preto me chamou e transmitiu uma ordem: devia comparecer no DOPS de São Paulo em data e hora marcadas. Meu nome constava em todos os depoimentos dos que foram chamados antes.

O inquérito sobre eles terminara e deixava clara minha participação em suas atividades “subversivas”. Minha convocação era esperada dada a importância da paróquia em quase todas as ações de resistência à ditadura.

Não me lembro ao certo quantas vezes compareci ao DOPS. Tinha que suportar um cansativo interrogatório que se estendia das 12 às 18 horas. Na minha frente, repetindo as mesmas perguntas os inquisidores se revezavam.

Eu sempre me fazia acompanhado do Padre Orozimbo Dias Miranda, colega e amigo desde infância, que assistia a JEC (Juventude Estudantil Católica). Dom Paulo Evaristo acompanhava tudo e mantinha-se informado pela advogada Dra. Zélia Machado.

A rotina das acusações repetidas, as mesmas perguntas, as inúmeras fotos, sobretudo as do 1º de maio de 1968, na Praça da Sé, em que foi incendiado o palanque em que discursaria o governador Abreu Sodré. Protegido por Dom Jorge, Sodré conseguiu fugir pela catedral saindo pelos fundos.

As lideranças do Ato da Sé não apoiavam esse ato de vandalismo que só poderia aproveitar à repressão. O fato é que as 10.000 pessoas que estavam



CÂMARA MUNICIPAL DE MAUÁ S.P.

na Sé voltaram às costas para o palanque oficial e fizeram seu ato junto ao monumento de José de Anchieta.

Dali, seguimos de forma organizada em fileiras de braços entrelaçados que ocupavam toda largura das Avenidas São João e Ipiranga até chegar a Praça da República.

Pude ver inúmeras fotos da manifestação da Sé, feitas do alto dos edifícios que cercavam a Praça. Ampliadas, tais fotos mostravam claramente a mim e muitas pessoas da Paróquia. Nenhuma delas aparecia em ato provocativo.

Muitas eram fotos que interessavam aos agentes; provavelmente eram de pessoas já presas ou procuradas, que eu não conhecia. Retomando nossa caminhada, encerramos o ato em torno do coreto da Praça da República, onde houve alguns discursos de repúdio à ditadura. José Nanci liderou este momento.

No interrogatório a tônica era a acusação à ala progressista da Igreja que acusavam de subversão comunista. Assim Dom Jorge e os padres presos ou interrogados eram chamados de comunistas infiltrados no clero.

Ajudar na formação de uma consciência de liberdade, de justiça, de vida digna era crime a ser punido. Frequentemente eu era ameaçado de tortura.

Sabiam que as 03 cirurgias no rim direito certamente não suportariam tortura. Mas, se eu “não colaborasse”, o famoso e temível torturador Fleury estava sempre disposto para o serviço. Também faziam chantagem com a idade e saúde precária da minha mãe. Diziam: “Sua mãe já sofreu dois AVC’s. Se souber que você se meteu nessa encrenca, ela morrerá num terceiro”.

Esgotadas todas as perguntas deram-me umas folhas em branco para eu descrever minha atuação em Mauá. Foi nesta ocasião que fui acareado com José Nanci que insisti ser um paroquiano da Catedral de Santo André e que me ajudava na formação de lideranças. Nesta ocasião fiquei chocado com seu estado físico. Tinha o rosto desfigurado, todo ferido de golpes, com marcas de sangue e hematomas.

A seguir puseram-me num elevador e fui levado para um lugar lúgubre. Quando abriu a porta, dei de cara com as celas de carceragem, por cujas pequenas aberturas via rostos com olhares curiosos para identificar um possível companheiro que chegava. Fui tomado por uma dolorosa angústia e pensava: “É agora que ficarei preso”.

Mas não era a prisão. Ao lado havia uma sala com apetrechos para receber a impressão das duas mãos abertas e de cada um dos 10 dedos. Imprimi várias cópias que seriam enviadas para diversos órgãos de inteligência. O curioso era notar a mesa do funcionário que fazia o serviço: sobre ela e a parede estavam pregados santinhos de Santa Teresinha, São Miguel, São Jorge, Anjo da Guarda e outros.



**CÂMARA MUNICIPAL DE MAUÁ
S.P.**

Limpas as mãos e dedos, o último ato: a foto com o devido número pregado no peito. Terminada a cerimônia mais uma vez pensei: “Agora é cela!”, não foi.

Para minha surpresa e momentâneo alívio, colocaram-me de novo no elevador e voltei à sala do inquisidor. Ele me disse: “Da minha parte terminei. Agora depende do tribunal”. E acrescentou com sarcasmo: “Você crê em Jesus Cristo, não é? Ele vai libertá-lo”.

Não fui mais chamado para nada. Sobrou a amargura pela morte de Raimundo, a dor e humilhação de muitos amigos torturados, o horror que fica gravado na memória e no inconsciente.

Naquele tempo a juventude e também experientes líderes de todos os organismos atuantes na sociedade brigavam pela liberdade. Também boa parcela da Igreja soube exercer o profetismo.

Queríamos um povo mais feliz e humano.

Lutávamos com armas da fé, da esperança e desejo de um mundo sem exploração e violência que sufocam os sonhos e calam as vozes de alegria.

Que a Igreja jamais se esqueça na sua ação profética que “a glória de Deus é o homem realizado”.

E tenho dito.

(aplausos)

O SR. PRESIDENTE – Muito obrigado.

Ficamos, nós da comissão da Verdade, agradecidos pela sua importante colaboração.

Muito obrigado.

Eu quero registrar a presença dos alunos do curso de Serviço Social da faculdade FAMA, juntamente com a professora mestre Raquel Quintino.

Muito obrigado pela presença de todos vocês.

Quero convidar agora para prestar o seu segundo depoimento, o Senhor Hélio Jerônimo da Silva.

O senhor pode tomar assento à Mesa.

O senhor tem também de 15 a 20 minutos para fazer as observações e para registrar o que achar necessário.

Muito obrigado pela presença.



**CÂMARA MUNICIPAL DE MAUÁ
S.P.**

O SENHOR HÉLIO JERÔNIMO DA SILVA – Obrigado, Edgard, este é um velho amigo que nós temos. Agradecendo aqui ao Wagner Rubinelli e à senhorita Carla, representante do Prefeito do município de São Paulo e também aos demais companheiros que estão aqui atrás.

Eu queria só enfatizar uma história que nós passamos aqui em Mauá, de 1970 a (*inaudível*).

Falar do Raimundo Eduardo da Silva e da minha família que sofreu mera repressão nessa data de 68, praticamente até 79, quando houve a anistia, é que praticamente nós ficamos um pouquinho longe e não pensando mais em tortura.

Apesar de que ainda existem hoje também várias torturas pelo país. Certo?

(Palmas)

O Sr. HÉLIO JERÔMINO DA SILVA – Muito obrigado.

Então, eu falo para vocês o seguinte: por volta de 1969 quando houve o Ato 5, nós tínhamos uma luta muito importante nos bairros, tanto no Jardim Zaíra, como em outros bairros de Santo André, Mauá, São Bernardo do Campo, etc.

O Padre Praxedes narrou aqui com uma grande veemência e uma grande importância a história daquela época.

Além de nós sermos perseguidos pelos movimentos que nós sentíamos no Jardim Zaíra, através de reivindicações do bairro, que na época era difícil... Por que era difícil?

É como o Padre acabou de falar, não existia asfalto, não existia água encanada, não existia luz, não existia nada disso.

Só existia o quê?

Barro e bastante pó!

Quando não tinha o barro, era o pó!

Condução não tinha! Era muito pouca condução! Era um ônibus de cada hora em hora!

Então, tinha que *ter que fazer* alguma coisa!

Alguém tinha que fazer alguma coisa!

Tinha que lutar pelos seus direitos!

Aliás, nós pagávamos impostos naquela época, não pagávamos para a Prefeitura, mas pagávamos pelo latifúndio, que era o Dr. Chafic, que era o



**CÂMARA MUNICIPAL DE MAUÁ
S.P.**

dono do Zaíra. Por isso se chamava fazenda Zaíra, nessa época em que eu fui pra lá 1958.

Bom, aí começou a surgir a luta de classe, a luta por reivindicação e nesse meio existiam várias pessoas que começaram esse movimento. Um era o Raimundo Eduardo da Silva, o Olivier Negri, que está presente aqui, a Julia, que está aqui, a Gilda e daí por diante nós começamos a batalhar.

Eu pertencia na época, praticamente, ao Partido Comunista, certo? Também para lutar por uma causa justa.

Até hoje eu me sinto culpado, porque naquela época, quando eu cheguei, quando nós começamos o movimento, começamos com o Olivier Negri pai, com Sr. João e outros que me falham a memória aqui.

Começamos a brigar.

Daí foi criada, através dos movimentos, a ação popular.

Essa ação popular veio, porque a gente não podia falar muito do Partido Comunista.

Tinha que criar outro órgão.

Que outro órgão?

A ação popular, que era a luta pelos direitos dos trabalhadores e da comunidade.

Bom, por que veio a repressão um pouco mais?

Por que o nosso pessoal foi perseguido?

Porque já começou na época, o AI-5 foi decretado pelo Governo Federal da época e começou a perseguição.

O primeiro a ser preso lá no Jardim Zaíra foi o Olivier Negri Filho. Depois foi a companheira, depois veio o Gil, a Júlia, a Gilda e outras pessoas.

Mas eles achavam que o peixe maior que tinha no Jardim Zaíra era o Raimundo Eduardo da Silva, que é o meu irmão.

Então, começaram a perseguição, até que conseguiram pegar o Raimundo. Levaram o Raimundo para o DOI CODI, Estado de São Paulo e chegou lá, ele foi preso no dia 23 de dezembro de 1970 e apareceu morto no dia 04 de janeiro de 1971, isso quer dizer que foi praticamente 09 ou 10 dias que prenderam ele, mataram ele e enterraram ele em Guaianazes como indigente.

Daí nós corremos pra cá, corremos pra lá e tal e nós fomos também muito perseguidos. A nossa família, de 1971 até 1979, foi perseguida.

Fui preso também, algemado, saindo da Volkswagen, para a seccional de São Bernardo.

Fiquei lá 02 dias preso.



**CÂMARA MUNICIPAL DE MAUÁ
S.P.**

Mas tinha uma senhora, chamada Dona Teresinha, que era assistente social, ela compareceu lá na seccional de São Bernardo e fez uma força tremenda para que eu fosse libertado.

Não constava algumas irregularidades dentro da empresa e, sim, talvez onde eu morava. Eu participava também dos movimentos.

E aí foi indo.

Então, eu só queria dizer para vocês que hoje existem muitos trabalhos, muita luta na continuidade daquela luta em que nós estivemos e ainda existe hoje, ou seja, muitos trabalhadores fazendo greve, os movimentos sociais ainda existem e a todos esses movimentos eu dou os parabéns, porque a luta nunca pode parar. Ela sempre tem que continuar.

Os jovens que estão aqui presentes, as outras pessoas que estão aqui presentes... Quando uma pessoa fizer uma greve, se ela fizer greve, tanto faz o motorista, como o trabalhador de fábrica e tudo, eles estão certos, porque eles estão brigando pelos seus direitos.

Às vezes muita gente fala: “Nossa, não tem condição, não tem isso”.

Está certo!

Mas alguém tem que fazer alguma coisa, porque se não for a greve, o patrão não vai lhe valorizar.

Pode até ser que um será dispensado, mas os companheiros devem falar: “Foi dispensado? Foi. Nós vamos lhe arrumar um serviço em outro lugar”.

Mas não esqueçam que a luta é sempre daquele pessoal mais humilde, que somos todos nós que estamos aqui.

Muito obrigado, gente.

(Palmas)

O Sr. PRESIDENTE – Obrigado, Sr. Hélio Jerônimo da Silva.

Eu gostaria de convidar agora para tomar assento aqui na mesa e prestar o seu depoimento, o Sr. Luiz Soares da Cruz. (Pausa).

Boa noite, Sr. Luiz, o senhor tem de 15 a 20 minutos aproximadamente para o senhor também explanar tudo o que achar pertinente sobre esse período, tudo o que o senhor achar necessário de deixar registrado aqui para a Comissão da Verdade do município de Mauá.

Muito obrigado.



**CÂMARA MUNICIPAL DE MAUÁ
S.P.**

O Sr. LUIZ SOARES DA CRUZ – Boa noite a todos.

Eu que agradeço ao convite.

Antes de mais nada, para mim é uma honra, é um prazer estar aqui para falar um pouco da minha experiência que não é tão grande, a experiência que eu tive na ditadura não é tão grande quanto a dos companheiros que me antecederam, mas também teve marcas do que foi a ditadura no nosso país.

Vou centrar, digamos assim, nas ações mais diretas, porque acho que o tempo que nós temos aqui é o que vai permitir que a gente fale um pouco.

Embora a minha atuação enquanto cidadão, enquanto trabalhador, sempre foi na perspectiva da democracia, na perspectiva da participação popular e a minha ação teve duas áreas, tanto do movimento popular, como do movimento sindical, porque como já foi falado aqui pelo Padre Praxedes, a cidade de Mauá é uma cidade eminentemente operária, formada por pessoas que vieram do interior, pessoas que vieram assim do campo, que trabalhavam na roça.

Os meus pais eram da roça, do interior e deixaram todo aquele trabalho do plantio para trabalhar nas empresas, na construção civil, enfim.

E daí eu nasci aqui em 55 e a minha formação foi uma formação também católica na perspectiva cristã e com o desenvolvimento, com o crescimento que cada um de nós temos, cada um tem as influências, recebe as influências. Todos nós interagimos e nos influenciemos uns aos outros.

Nesse processo, além da igreja, pela escola, eu lembro que quando eu estudava no colégio estadual Visconde de Mauá, o famoso Viscondão – o pessoal mais antigo aqui sabe, acho que hoje é o Theresinha Sartori, né? O Professor Theresinha Sartori – então, nesse colégio davam aula grandes professores, daí a grande importância na educação, a qual nós temos que destacar, que informavam os alunos e formavam os alunos na perspectiva diferente que era entender o que estava acontecendo naquela época.

E nós, na medida em que éramos adolescentes, estávamos com os nossos 14, 15, 16 anos, começávamos a ter consciência do que era o país em que nós vivíamos, do que era o Estado e como é que esse Estado era administrado.

Então, foi naquele momento, naquele período dos anos 70 que nós já começamos a ter uma participação.

Lembro muito bem, não sei se tem aqui alguém que participou, mas logo nos anos 70, 71, foi criado um grupo de teatro chamado Grupo de Teatro da Comunidade, que era o TECO, formado por jovens. E esse grupo de teatro, eu cheguei a participar dele, não desde o começo, porque eu entrei depois no grupo,



CÂMARA MUNICIPAL DE MAUÁ S.P.

mas foi um grupo que também se organizava, discutia a realidade em que nós vivíamos e tinha uma atuação aqui na comunidade.

Enfim, foi a partir daí que eu comecei a minha atuação e a ter certa consciência do que estava acontecendo, uma formação mais materialista, que a gente chamava materialista dialética, onde a gente tentava entender a sociedade a partir do modo de produção, como as coisas eram geradas, produzidas e apropriadas pelas pessoas, enfim, e a grande exploração que existia.

O meu primeiro emprego eu lembro que foi numa empresa aqui no Sertãozinho, a *Rarven Rubber*, que eu acho que não existe mais, aliás, não existe mais. Lá não foi o meu primeiro emprego, foi em 73 e a gente já começou a discutir, porque eu trabalhava numa área em que eu sabia o preço da matéria prima e sabia o valor dos salários.

Então, eu comecei a divulgar isso lá para os companheiros.

Naquela época dificilmente tinha uma mulher na produção, mas tinham muitos homens e a gente divulgava isso lá, então, gerou toda uma efervescência e como eu já tinha uma consciência do que era a repressão, a ação da ditadura, eu acabei saindo da empresa, eu fiquei lá só 06 meses.

Aí passei a trabalhar na Santa Marina, fábrica de vidro, todo mundo conhece, tem até hoje e na fábrica de vidro já me sindicalizei no Sindicato dos Vidreiros, ficava lá em São Paulo, no Brás, acho que ainda está lá a sede, e a partir dos vidreiros... Eu fiquei 05 anos na Santa Marina, depois a fábrica fechou, voltou a funcionar, eu voltei a trabalhar lá e comecei a ter uma participação sindical assim inicial, sem saber muito bem o que era o sindicato, até que surgiu o movimento grevista de 78 lá em São Bernardo e isso me chamou muito a atenção, porque: “Poxa vida, olha os trabalhadores estão se organizando, estão lutando, estão indo a luta e é tudo que nós queremos”. Nós queremos fazer frente a esse Estado que está aí.

Já vínhamos atuando aqui na cidade de Mauá através de alguns organismos que nós criamos aqui a partir de uma ação cultural junto às paróquias.

Nós tínhamos uma atuação aqui junto à Paróquia São Pedro que ficava aqui na Vila Guarani, fica na Vila Guarani e que envolvia também os bairros Jardim Mauá, Vila São João e Itapeva, que eram esses bairros que estavam dentro, vinculados à Paróquia São Pedro da Vila Guarani.

Nesse momento, o que aconteceu? A gente fazia um trabalho, foi naquele período ainda onde começaram a surgir as comunidades eclesiais de base, através da igreja.

Então, a partir de Dom Pedro Casaldáliga, dos escritos dele, depois nós começamos... Eu não me lembro exatamente agora em que ano foi que teve a



**CÂMARA MUNICIPAL DE MAUÁ
S.P.**

Conferência de Puebla – acho que o Padre com certeza se lembra disso – e nós trabalhávamos nessa perspectiva.

Mesmo durante a essa fase da ditadura a gente conseguia fazer uns trabalhos na comunidade, só que aqueles trabalhos assim muito sutis, muito com cuidado, para que não aparecessem as lideranças e que também nós não ficássemos expostos.

Então, foi um trabalho assim bem de formiguinha que a gente desenvolveu junto às comunidades formando grupo. A gente chamava de evangelização, momentos de conscientização, de politização, nós chamávamos também assim.

Nós já adotávamos uma metodologia do Paulo Freire, que já começava a surgir, lá do MOBREAL ainda, que a gente já participava como educadores populares e trabalhava nessa perspectiva.

Ainda na igreja nós trabalhamos também com um texto de São Thiago que falava muito de fé e ação.

Nesse sentido, no que nós queríamos incentivar as pessoas da comunidade?

Nós queríamos incentivar as pessoas a agir, a participar, a reivindicar os seus direitos e entender o que estava acontecendo naquele momento.

Enfim, nós criamos, aliás, criamos, não, nós participamos – eu sempre fui assim participante, embora a gente saiba que cada um tem o seu papel, mas entendemos que todos nós temos importância igual – nós criamos então, naquele período de 76, o círculo cultural caetés, que não sei se o pessoal tem registro, mas inclusive eu tenho ainda o estatuto da entidade comigo.

Tinha todo um pessoal junto com a gente que, enfim, hoje infelizmente não tenho contato mais.

Um deles eu fiquei sabendo que faleceu recentemente em 2012 e coordenava realmente o grupo e tal.

Então, a gente trabalhava com o teatro popular que era um teatro baseado no Augusto Boal, fazíamos teatro em casa, em que todos nós usávamos macacões e caixotes de feira.

Então, a gente fazia o nosso palco de caixotes de feira.

Nós atuávamos nesse formato.

Tínhamos atividade com crianças, que era também um teatrinho que a gente fazia com elas para desenvolver a estimulação, para que as crianças tivessem mais facilidade de se expressar e se socializar.

Em 79 ainda a gente atuou junto no movimento de saúde aqui na cidade, por mais postos de saúde.

Lembro que foi uma luta bastante interessante.



CÂMARA MUNICIPAL DE MAUÁ S.P.

É claro, assim, que todos os movimentos, não eram movimentos... Foram movimentos que eu participei junto com outras organizações, com igrejas, com sociedades de amigos de bairros, enfim, porque Mauá sempre foi assim efervescente na participação dos movimentos.

Até esse momento eu tinha uma atuação na cidade mais nos movimentos populares e ao mesmo tempo começava a ação sindical.

E acabei, no caso, saindo da Santa Marina em 78 e foi trabalhar na Mercedes Benz em São Bernardo do Campo.

Logo em 78 teve o 3º Congresso dos Metalúrgicos que eu participei e comecei a ter uma ação sindical já ativa e foi a partir da ação sindical que começou, digamos assim, o monitoramento da ditadura em relação à minha pessoa.

É claro que eu não cheguei a ser preso, mas faltou pouco.

Então, tinha a participação no sindicato, a gente não tinha lá muito tempo para ficar em casa, era pouco tempo para dormir.

Era um tempo onde as pessoas não podiam circular a vontade pela cidade, qualquer pessoa que ficasse perambulando, logo havia um policial para perguntar, para pedir documento e saber por que aquela pessoa estava andando assim à vontade nas ruas.

Não podia formar grupos para conversar.

Inclusive um fato interessante é que muitos trabalhadores às vezes estavam sem documento e então o que eles faziam?

Mostravam as mãos.

Assim ó: “Vê se isso aqui é mão de vagabundo?”, “Olha as mãos aqui cheias de calos”, onde representava que eram trabalhadores braçais que estavam ali na labuta e que tinha o direito de circular, sim, à vontade pela cidade.

Então, na atuação sindical, eu participei das diversas greves em... Em 78 não, porque eu não estava lá ainda, mas em 79 já fui da comissão de mobilização, em 80 do comando de greve, da comissão de mobilização e do comando de greve.

Foi um período em que tiveram as chamadas listas negras.

Acho que todo mundo já ouviu falar, o pessoal que está aqui, os estudantes, os demais colegas.

Só para vocês terem ideia, eu trouxe só uma folha... Infelizmente não vai dar para vocês verem, mas, enfim, eu tenho a cópia e depois possa disponibilizar.

Mas, assim, era uma lista onde vinha a relação das empresas, ou seja, uma coluna com as empresas, os nomes dos trabalhadores e os endereços dos trabalhadores, o local de moradia.



CÂMARA MUNICIPAL DE MAUÁ S.P.

O que aconteceu?

Nessa mesma lista – inclusive nós estamos fazendo um trabalho acadêmico em cima dessa lista – tinha uma anotação à mão, onde tem o setor onde a gente trabalhava, com alguns detalhes.

Então, a gente tem assim uma indicação de que as empresas tiveram participação efetiva em colaboração com a ditadura.

Então, a gente tem esse tipo de documento.

Enfim, ao mesmo tempo em que está tendo essa efervescência no movimento sindical, no movimento popular, a gente participou das discussões iniciais ainda da necessidade de se ter um partido dos trabalhadores, que era uma discussão que se fazia na época, onde a gente pensava na transformação da sociedade, na sociedade socialista, onde se pensava numa virada do que estava acontecendo, se pensava na abertura política de se discutir a questão da anistia ampla, geral e irrestrita. Eram as nossas bandeiras de luta.

Então, a gente trabalhava nessa perspectiva de construir um partido amplo, democrático, de massas, onde todos pudessem participar e estar representado.

Teve a constituição do partido, eu fui um dos dirigentes do partido.

Em 82, na primeira eleição que nós tivemos, direta, nós saímos. Eu fui um dos candidatos a Prefeito pelo partido.

Mauá, naquela época, teve 14 candidatos, tinha sub-legenda. Era muito disputado, muito corrido, foi uma eleição muito polêmica, particularmente dentro do Partido dos Trabalhadores, mas, enfim, isso é outra história que a gente tem que contar em outro momento, em outro local também.

Paralelo a essa questão do partido e o partido também era um partido envolvido com os movimentos, nós também participamos da organização do movimento de transporte, que era um movimento que não era só de Mauá, mas era um movimento que tinha na região, em Santo André, em São Bernardo.

Era um movimento muito organizado em que nós discutíamos a partir de dados, não era só por que nós queríamos a redução do preço das passagens.

Esse era um motivo, mas por que nós queríamos a redução do preço das passagens? Porque o aumento que se praticava era abusivo.

Vamos fazer simbolicamente hoje, nós tínhamos uma passagem que ia de 50 para 60, aumentava 20% do preço das passagens e os salários dos trabalhadores não seguiam na mesma proporção.

Então, a gente tinha que pensar e atuar de uma forma onde você tentasse no mínimo impedir esse aumento abusivo.

Enfim, como eu falei, aí nós discutíamos a partir de dados.



**CÂMARA MUNICIPAL DE MAUÁ
S.P.**

Como é que nós fazíamos esses dados?

Era com a participação das pessoas, dos integrantes do movimento.

Então, nós discutíamos assim: “Vamos pegar lá na catraca do ônibus o que está marcando lá no início e no final do dia”, porque aí você tem o número de passageiros que circula pelo ônibus.

Se eu tenho o número de passageiros e tenho a quilometragem, eu faço a conta, eu sei *quanto* o índice de passageiros por quilômetros. Se eu sei o índice de passageiros por quilômetros, eu consigo chegar no preço da passagem.

Enfim, é claro que têm os outros componentes, o gasto do ônibus, o pneu, o combustível, enfim, tem uma série de outros cálculos lá e tinha um pessoal que nos assessorava nisso, que era um pessoal de Santo André, que já estava atuando e que tinha um movimento de transporte um pouco mais avançado, digamos, enquanto levantamento de dados.

O que aconteceu?

A gente tentou várias vezes um contato com a Prefeitura, no caso com o Prefeito da época e das tentativas que eram, para nós, definitivas, nós não fomos atendidos, que foi no dia 30 de novembro de 82.

É isso, não é, Diva?

A Diva participou! Ela estava com a gente!

Enfim, em 82 nós fizemos esse movimento.

Tentamos, como nós não tivemos um atendimento pelo Prefeito, dentro do que nós gostaríamos que fôssemos atendidos e respeitados, nós saímos em passeata até a rodoviária, que era do lado do jardim, que hoje já não tem mais o jardim, tem uma parte dele só.

Nós saímos em passeata da Prefeitura que já era aqui até lá.

Chegando lá qual era a nossa disposição, a nossa proposta, era de que as pessoas não pagassem a passagem, para pressionar, para que houvesse uma conversa, para que pudesse reduzir o preço da passagem.

Aí, do nada um policial atira pra cima e aí cria-se todo um tumulto e a gente perde o controle do movimento, que ficou uma correria, enfim, foi generalizada a violência e eu tive uma perna fraturada, um olho quase furado.

O policial tentou me pegar, eu tive que segurar e foi assim que aconteceu.

Mas posteriormente a isso... Tudo isso, gente, eu estou falando do movimento, mas isso tem documento no DOPS, está lá registrado tudo que aconteceu, falando que eu liderava o movimento, enfim, conta todos os detalhes de como é que saímos em passeata, do que aconteceu na praça e tudo mais.

Tanto isso que estou falando, que teve monitoramento do DOPS que estava atrás da gente.



**CÂMARA MUNICIPAL DE MAUÁ
S.P.**

Mesmo assim quando quebraram a minha perna, me jogaram dentro de um camburão e aí eles batiam a porta, o camburão já estava lotado.

Tinha o camburão naquela época que era aquela Veraneio, tipo um... Enfim, era um carro grande, né! E já estava lotado de pessoas, então jogavam a gente em cima dos outros, batia porta em cima e a minha perna já era um L, né!

Aí um policial mais calminho me pôs no fusquinha e me levou para o pronto socorro que era aqui em cima. Eu acho que é no mesmo local ainda, o pronto socorro central.

Eu não sei como é hoje aqui em Mauá.

Hoje eu já não moro mais aqui.

Nesse momento foi um policial lá do meu lado, que estava no pronto socorro, já tinha sido atendido, no primeiro atendimento, ele foi lá e tacou o dedo na minha cara. Ele falou assim: “Olha, quando você sair daqui, pode se preparar”.

Passou esse momento, eu fiquei bastante tempo engessado, mas posteriormente a isso, em 83, ainda assim tive que depor em função do movimento.

Fui intimado pela polícia, só que foi muito estranho, eu fui fazer o meu depoimento no Corpo de Bombeiros, não foi na Delegacia de Polícia. Foram com militares, não foi na delegacia comum.

Foi interessante.

É claro que fui, chamei o pessoal e aí a gente já começou a ter articulação política partidária aqui pelo Partido dos Trabalhadores. Teve um Deputado em São Paulo que nos apoiou e colocou um Advogado à disposição, que foi junto comigo lá, para esse depoimento, porque se a gente tivesse ido sozinho, talvez eu não estivesse contando a história aqui hoje.

Então, tem alguns registros lá no DOPS e também pelo arquivo nacional, que a gente encontra com esses fatos.

São fatos que ocorreram.

Me cita também pelo centro cultural união que era outra entidade que existia aqui em Mauá, na Vila São João, e que teve uma feira de cultura operária popular promovida pelo sindicato de Santo André, da associação, enfim, era o fundo de greve de Santo André que também tinha lá, que promovia essa feira e o centro cultural união participou.

Eu tinha uma participação assim, enquanto dirigente, mas efetivamente já não estava mais participando do centro cultural união, mas também estava constando lá no DOPS essa minha participação.

Paralelo a isso, o que aconteceu?

Eu mencionei a vocês que em 82 fui candidato a Prefeito.



CÂMARA MUNICIPAL DE MAUÁ S.P.

Uma das matérias... Ainda antes de formalizar a candidatura, saiu uma matéria no Diário do Grande ABC, onde falava das disputas internas do partido, da questão da sub-legenda, que um grupo favorável e outro contrário, enfim, tinha uma disputa.

Então, saiu uma matéria no jornal falando isso.

Na época eu trabalhava na Motores Rolls Royce, em São Bernardo do Campo.

No dia seguinte à matéria, eu fui demitido.

Então, conclusão, mais uma questão política que tem a participação da empresa, ou melhor, tem a participação. É trabalhador, você é trabalhador não tem direito a participar da política – é isso! – não tem direito a se organizar, não tem direito a ter uma atuação consciente, de cidadania.

Então, eu fiquei desempregado desde junho de 82 e anteriormente já tinha ficado desempregado na Mercedes Benz, logo após a greve de 80 também fiquei desempregado e estava lá na lista negra, por conta da participação enquanto trabalhador, participação sindical.

Aí segue a minha atuação na associação, no centro cultural dos metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema, que também está registrado no DOPS e é interessante.

Eu só vou mostrar para vocês, ler para vocês como é que eles tinham o controle. Eles tinham o nome das pessoas, uma qualificação básica e o que tinha feito.

Eu, como eles não tinham muita coisa, eles colocaram o seguinte: a minha qualificação, Luiz Soares da Cruz, filho de Virgílio Soares da Cruz e Cacilda Mendes da Cruz, meu RG 7171001, integrante da comissão de mobilização do sindicato dos metalúrgicos de São Bernardo do Campo, na greve do ABC 80.

Enfim, eles tinham isso de todas as pessoas e quanto mais informações, colocavam mais dados, se era diretor de sindicatos, se tinha participado de outras greves, tinha uma relação de informações aqui do movimento em Mauá, do transporte, - liderava a manifestação Luiz Soares da Cruz, ex-candidato a prefeito de Mauá, pelo PT, e ainda o Padre Ângelo Belasco, Vigário da Paróquia do Jardim Zaíra, Mauá, São Paulo.

Então, eram estas questões que eu acho que representam como é que a ditadura agia em tema assim, não só da repressão direta da violência, da prisão, da tortura, do assassinato das pessoas que lutavam contra a ditadura.

Mas também tinha o monitoramento dos trabalhadores em função muito do capital, da forma como a sociedade nossa está estruturada, da manutenção da cidade capitalista, tal qual ela é.



**CÂMARA MUNICIPAL DE MAUÁ
S.P.**

Feito isso, eu acho, *deixa eu ver*, candidatura a prefeito, eu acho que foram basicamente estas ações, gente, acho que só para ilustrar, o que foi o espelho da ditadura.

Para encerrar, quero fazer um convite a vocês, hoje eu participo de uma Entidade, associação dos metalúrgicos anistiados do ABC, “AMA A”. A “AMA A”, vai estar realizando agora nos dias 28 e 29 de agosto, lá em São Bernardo, um seminário justamente para discutir a questão da própria Entidade, o que vai fazer daqui para frente, as perspectivas. É um seminário aberto.

Quero convidar a todos vocês para participarem, vou deixar os convites com a Comissão da Verdade da Câmara de Mauá, município de Mauá, toda discussão é dentro de um lema e perspectivas de direitos humanos, memórias, verdades, justiça e reparação, que é a luta que desenvolvemos enquanto direitos humanos aqui na região e no país, que é uma luta que não é só nossa.

Então, vou deixar aqui os convites, os cartazes, agradeço mais uma vez o convite e a paciência de vocês por me ouvirem.

Muito obrigado.

O Sr. PRESIDENTE – Obrigado, senhor Luiz Soares da Cruz.
Agora passo a palavra ao Vereador e relator Edgard Grecco.

O VER. EDGARD GRECCO FILHO – Senhor Presidente, só para justificar.

Peço escusa, quero cumprimentar a todos vocês, mas eu tenho outra agenda, me sinto muito bem representado por Vossa Excelência.

Obrigado e desculpe que eu tenho outra agenda.

O Sr. PRESIDENTE – Muito obrigado, Vereador.

Eu quero registrar que as seguintes autoridades, impossibilitadas de participarem da audiência, encaminharam ofício estimando que alcancemos o nosso objetivo, que é esclarecer as graves violações dos direitos humanos ocorridas em Mauá, durante a ditadura militar no Brasil.



CÂMARA MUNICIPAL DE MAUÁ S.P.

Foram elas: o senhor Luiz Marinho, Prefeito de São Bernardo do Campo; o senhor José Américo Dias, Presidente da Câmara Municipal de São Paulo e o senhor Marcelo Lucas Pereira, Secretário de trabalho e Renda da cidade de Mauá.

Muito obrigado.

Eu gostaria agora de convidar para fazer parte da Mesa e também para dar o seu depoimento, a ex-Vereadora desta Casa e também militante. Militou bastante nos anos 70, e até hoje faz um trabalho muito importante em prol da cidadania. A ex-Vereadora, Diva Alves.

A Sra. DIVA ALVES – Boa noite a todos e a todas.

Quero parabenizar uma pessoa que admiro muito que é a Raquel, professora da FAMA.

Ela está fazendo um excelente trabalho na faculdade, é a importância dos alunos conhecerem a história de Mauá. Já estive com você na FAMA e sei do seu trabalho. Parabéns a todos vocês.

Iniciei a minha militância na década de 70, 71, com a vinda do Padre José Mahon. Moro no Parque das Américas desde 68 e quando foi em 70 para 71, o Padre José chegou no Parque das Américas, ele era Padre não só da Igreja do Parque das Américas, mas também do São Apóstolo do Zaíra.

Era um bairro que não tinha nenhuma infraestrutura, água, luz, nada, apenas poço e toda uma dificuldade. Quando nós iniciamos, não tínhamos igreja, as celebrações eram feitas no grupo escolar Maria Helena Colônia.

Em contato com ele, ele passou a visitar as casas, ele percebeu a preocupação das mulheres, das dificuldades que nós tínhamos. Temos filhos, a falta de escolas, não temos Posto de Saúde, daí muitas reclamações.

Ele falou da Associação das Donas de Casa de Santa Terezinha, ela nasceu em 1963 e foi registrada em 66, como entidade filantrópica. Naquela época eles estavam muito mais adiantados que nós, porque nós não sabíamos o que era uma ditadura militar.

Mas ele falou desta entidade, e ele apresentou ao nosso bairro e nos apresentou algumas mulheres de lá.

No início nós falamos: “Como vamos poder ajudar o bairro, não temos dinheiro e nem sabemos por onde começar”. Essas mulheres tinham toda uma discussão e a associação era amizade, o objetivo dela era amizade, a formação e ação.



CÂMARA MUNICIPAL DE MAUÁ S.P.

Foi quando começamos a ter outra visão de mundo, não só de limpar a casa, claro, a preocupação com os filhos, família e o alto custo de vida, mas o lugar que nós morávamos, toda esta dificuldade, então, a associação nunca foi de muitas mulheres, quando nós iniciamos – é uma pena que não esteja a Celcina, foi a companheira, dona Esmeraldina que já faleceu, a dona Ana de Souza, que teve uma história muito importante.

Porque a dona Ana, a gente percebia que ela tinha um certo receio de participar das reuniões que aconteciam nas casas, no início as mulheres de Santa Terezinha vinham para nos acompanhar.

A dona Ana tinha uma história que ela morou em uma fazenda próxima de Tupã, que ela sempre contava isso para a gente, e é importante que vocês saibam.

Ela era do Partido Comunista, tinha reunião na casa dela e esta reunião foi denunciada. Então, a polícia chegou de repente na casa e muitos companheiros foram mortos, o marido dela conseguiu fugir, ela e a filha ficaram e muitos companheiros foram mortos e os corpos foram colocados em uma carroça e deram sumiço.

Ela ficou também presa, sofreu torturas, chute de polícia. Ela sempre falava que sentia uma dor, no jeito simples dela dizer, aqui no estômago, na boca do estômago, era da bota da polícia. Na delegacia tinha um macaco, e como ela estava com a menina, ela tinha medo e a filha dela também, sofriam tortura por medo do animal.

Eu coloco isto para que todos saibam que tem uma creche com o nome de Ana Augusta.

Ela não sabia ler e nem escrever, mas tinha uma visão muito importante da importância da reforma agrária, tanto é que no congresso de 1982, primeiro congresso da mulher paulista, ela foi uma das mais aplaudidas quando fez a sua fala.

Voltando para Mauá, nós começamos a fazer reuniões e abaixo-assinados, para que a gente pudesse ter água, luz, esgoto, a partir destes abaixo-assinados, principalmente a rodovia que passa Mauá, Ribeirão Pires, ali a proposta era ter uma estação, e antes tinha uma parada 48, não era uma estação, mas as pessoas desciam, e conforme foi o loteamento no Parque das Américas, então, já não parava mais o trem na antiga parada 48.

Nós começamos uma luta muito árdua para que viesse a estação de trem, mas até aí passamos por vários encontros, o Padre Mahom nos levava muito nos encontros em Santa Terezinha, lá tinha um cinema e não me lembro do nome, onde com outras pessoas nós discutimos o que estava acontecendo no país, e aí começamos a tomar consciência do que é uma ditadura militar.



CÂMARA MUNICIPAL DE MAUÁ S.P.

Ao mesmo tempo também em reuniões em São Paulo, tivemos muitas palestras, Frei Beto, Frei Gorgulho, lembro bem do Frei Gorgulho, ele dizia o seguinte: que a besta fera antigamente, na bíblia fala que ela tem 07 chifres, que eram as 07 colunas do império romano, que realmente explorava aquele povo com autos impostos e tiravam o direito que eles tinham e que a besta fera no Brasil, tinha 03 chifres que eram os 03 poderes, que eram o Legislativo, o Executivo e o Judiciário.

E assim outras questões que ele colocava, do evangelho na nossa vida e na situação que estávamos vivendo, e como é que nós tínhamos, íamos tomando esta consciência, Padre Mahom nos trazia jornal, principalmente o São Paulo e sabíamos também o que havia pelo país, as mortes no campo, o que acontecia no país sobre a luta pela reforma agrária e tínhamos que, como dever do cristão é comungar com o sofrimento do povo.

Em Mauá a nossa luta era muito árdua. Tinha nós do Zaíra, que era uma equipe, aliás, do Parque das Américas e do Zaíra. Lembro dona Aparecidinha, Cecília, Lazineira, e tantas outras mais que naquela época também já lutavam naquele primeiro posto de saúde, foi uma luta muito árdua lá no Zaíra e nós também no Parque da Américas.

Já que nós não podíamos nos manifestar e estava acontecendo muito no Parque das Américas, a questão da passagem onde hoje é estação Guapituba, muitos morreram ao atravessar a linha do trem, muito escuro, serração, trabalhadores morreram ali.

Também na Rua Havana, hoje rua da feira, ali havia um córrego, ali havia um mau cheiro tremendo, pelo fato de não termos esgoto, era tudo jogado ali, tivemos muitos casos de meningite, inclusive, tem uma pracinha ali na Rua Havana, que se chama Leonor Vieira, em homenagem a esta mulher que chegou a socorrer uma criança que estava com meningite. A criança conseguiu se salvar, mas ela não, pois já tinha 40 anos. Esta praça é em homenagem a ela que também participava da associação das donas de casa.

O que acontece?

Como nós não podíamos nos organizar por causa da ditadura, a questão da missa campal foi muito importante, porque o Padre José Mahom nos chamava para conversar como faríamos para poder levar este evangelho, boa notícia à população, que o evangelho não é só para rezar, que a gente teria que agir, ver, julgar e agir diante daquela situação.

Tiveram duas missas campais, uma delas foi na Rua Havana, próximo àquele córrego mal cheiroso. Durante a missa, no ofertório, houve oferta de tudo aquilo que não tínhamos, a manilha, representando a falta de esgoto, a carteira de trabalho, representando o salário baixo do trabalhador, a panela vazia,



CÂMARA MUNICIPAL DE MAUÁ S.P.

mamadeira e também flores que representavam a esperança e a certeza de uma transformação, de uma sociedade mais justa e igualitária.

Após a missa um grupo de teatro em que vários jovens da época participaram e o grupo, inventaram um teatro de ratos e os maiores ratos eram da Rua Havana.

Logo após o término da missa, os trabalhadores fizeram uma enorme cruz, colocamos ali próximo ao terminal Guapituba e uma faixa com os dizeres – “O povo chora seus mortos, queremos justiça” – então o maquinista quando passava, a gente sentia, porque o apito do trem, dizíamos, tínhamos conseguido alguma coisa, mas isso também não foi fácil.

O Padre José Mahon era uma pessoa de visitar as casas, de ajudar a organizar, de ouvir o que o povo queria. Também ele teve, fizeram um abaixo-assinado que não deu em nada, porque muitos foram contra para tirar o Padre José Mahon do bairro, nesta época foi uma sociedade amigos de bairro, foi muito ruim, porque daí fomos todos contra, porque o Padre disse que ele tinha que ficar na Igreja e celebrar as missas de 7º dia. Houve conflito, mas com o tempo foi se superando isso.

A partir daí houve outros movimentos, foi em 82 para 83, como Luiz Soares, nós o chamávamos de “Lulinha”, ele esteve presente na organização para questão de abaixar o custo da passagem, porque tinha subido muito, começou em frente a Prefeitura depois para o centro onde chegou muita gente, estava uma passeata pacífica, onde tinham policiais a paisana.

Um deles pegou uma mulher pelo cabelo e deu um tiro para cima, foi o que eles queriam, o que a polícia queria para vir e tumultuar e bater nessas pessoas. Muitas pessoas foram espancadas, inclusive o Luiz Soares, acabou quebrando a perna, foi para o Hospital.

Teve outro companheiro nosso do Zaíra, fortão. A polícia acabou indo para cima dele, ele acabou batendo em 05 policiais, não sei de onde ele tirou esta força, depois ele teve que fugir, ele ficou alguns dias em São Bernardo em um convento de algumas irmãs, abrigado, se ele ficasse aqui, ele iria morrer, depois ele pode retornar.

Isso foram coisas marcantes em nossas vidas.

Também os encontros que fazíamos para lá da 4ª divisão, em Ouro Fino, no sítio São Pedro, onde lá discutíamos as coisas que aconteciam pelo país, as mortes nos campos, na cidade, as torturas, porque nós mulheres fomos tomando consciência, e ao mesmo tempo que a gente saía um pouco mais para encontrar com outras pessoas.

Na morte do Santos Dias, estivemos em frente ao Fórum, a faixa escrita – “Pai, eles sabem o que fazem” - passamos um bom tempo a pão e água,



CÂMARA MUNICIPAL DE MAUÁ S.P.

enquanto para que a morte do Santos Dias não fosse em vão, nós estávamos presentes neste momento, as mulheres de Mauá estiveram presentes.

Quero citar que porque a gente pode sair, porque eu pude ir para outros lugares, meus filhos eram pequenos, quando eu não ia, Celcina ficava com eles, eu sabia, ela falava - depois vocês trazem as informações para passar para nós - nem todas podiam ir, nem todas por questões de filho, maridos, muitas vezes meus filhos ficavam com a Celcina, inclusive minha comadre, dona Esmeraldina, sempre tinha alguém, Clarice, sempre tinha alguém para ficar dando apoio, você vai e traz apoio.

Em 1975 houve o primeiro congresso da associação das donas de casa, não era só Mauá, este tempo a associação era muito forte, não só de Santa Terezinha, como tinha no bairro João Ramalho, Parque São Jorge, enfim, outros bairros, até em Santos nós tivemos um setor, foi feito em torno de 100 mulheres, na chácara Tabor, Estrada do Pêssego, de lá saímos fortalecidas, sabíamos o que poderíamos encontrar.

Nós avançamos muito, acredito por sermos dona de casa, por fazermos reuniões nas casas, então, dava para a gente estar conscientizando as pessoas, tanto é que na greve dos metalúrgicos podemos estar saindo nas ruas juntamente com padres e outras pastorais com megafone pedindo mantimento, para a gente contribuir com os metalúrgicos para a greve, e nós dizíamos que a vitória dos metalúrgicos, era a vitória de toda a classe trabalhadora e que era importante contribuir.

Trabalhamos também no fundo de greve que primeiramente foi na Matriz e depois foi na igreja São Pedro, não posso me esquecer também do primeiro encontro da mulher mauaense, onde a Gilda Fioravante estava junto com a gente, todas as mulheres, Marlene, independentemente de Partido, fizemos um grande encontro.

Hoje onde é a FAMA, era o ginásio poliesportivo, sua mãe, várias mulheres, Helena Boiago, às vezes a gente peca, a idade vai chegando e nós não temos todos os nomes aqui, mas muitas mulheres participaram deste primeiro encontro.

Houve denúncias das mulheres que ficavam na cadeia de Mauá e que tinham que se submeter a alguns policiais, enquanto mulheres eram torturadas, não tinham direitos, inclusive, nada de higiene que para a mulher era muito pior. Eu lembro da Cida dos direitos humanos, que é do Zaíra, ela visitava essas mulheres na cadeia, ela disse que as mulheres quando estavam menstruadas tinham que usar pão, porque não tinham nada para usar, nada higiênico, nem absorventes.

Foi assim que fomos denunciando as injustiças. Também foi uma época, não lembro o ano, a pastoral carcerária Benícia, fez parte junto com o Padre



**CÂMARA MUNICIPAL DE MAUÁ
S.P.**

José Mahon, onde houve uma rebelião e vários detentos foram mortos, também tiveram que conversar com várias pessoas, irem no Fórum, enfim, todos desta Pastoral carcerária que foi muito importante nesta época onde houve esta rebelião em Mauá.

Pode ser que eu tenha esquecido muita coisa, não coloquei por ordem do ano, mas é importante que vocês saibam que as mulheres de Mauá foram muito guerreiras, são guerreiras e que vale a pena vocês conhecerem a história, porque a partir do momento que uma simples dona de casa, que veio da roça, que não sabia o que era uma ditadura militar, começou a ter consciência que não dá para parar e não dá para ver as injustiças e a gente achar que é normal, a gente tem que indignar-se.

Eu fui uma pessoa que vim do interior com 12 anos, para trabalhar em casa de família, como dona de casa. Celsa foi eleita primeira Vereadora, dona de casa; eu também. A gente passa a estudar os grandes encontros, as palestras é que vão nos abrindo os olhos, que a gente pode fazer muitas coisas para mudar este país.

Eu acredito que ao rever esta história, que as pessoas falam que valeu a pena, vale a pena. Às vezes a televisão, os meios de comunicação passam tudo como baderna os movimentos, querendo criminalizar os movimentos, muita coisa a gente tem que separar o joio do trigo, a gente tem que acreditar que existem pessoas batalhando para mudar as coisas deste país, é o que tenho para dizer.

Obrigado a todos vocês.

O Sr. PRESIDENTE – Muito obrigado, quero agradecer a ex-Vereadora Diva Alves pelo depoimento.

Quero agora convidar, na realidade os depoentes desta noite já terminaram, mas quero convidar a senhora Maria Julia Lobo, que é do Centro de Memória e Resistência do Povo de Mauá, que já depôs na primeira audiência, para tecer alguns comentários.

A senhora Maria Júlia tem 05 minutos.

A Sra. MARIA JULIA LOBO – Boa noite a todos.

Obrigado, Presidente da Mesa Wagner Rubinelli, da oportunidade.

Sou membro do Centro de Memória de Mauá. Queria antes complementar que faço parte da paróquia do Padre Praxedes, faço parte da história dele e fico feliz pela professora Raquel, como ela se empenha para que os alunos conheçam um pouco da memória e da história do nosso país.



**CÂMARA MUNICIPAL DE MAUÁ
S.P.**

Pior regime que já aconteceu.

Parabéns, professora.

Quero aproveitar este momento para protocolar um pedido para o Presidente da Comissão da Verdade do município de Mauá, para que seja encaminhado para Brasília um pedido de uma caravana da anistia para o nosso município.

Temos inúmeros processos que vêm rolando aí, muitos anos, dificuldades diversas e eu gostaria de ler.

Posso ler, Presidente?

O Sr. PRESIDENTE – Pode, com certeza.

A Sra. MARIA JULIA DE OLIVEIRA LOBO - Este requerimento vai ser assinado por mim, Maria Julia de Oliveira Lobo, e pelo Olivier Negri Filho.

“À COMISSÃO DA VERDADE DO MUNICÍPIO DE MAUÁ
PRESIDENTE SR. WAGNER RUBINELLI

Maria Júlia de Oliveira Lobo, brasileira, maior, divorciada, aposentada, residente e domiciliada à Rua Felício Sansaloni nº80- Jardim Zaíra – Mauá – São Paulo, portadora da CIRG. nº 13.783.666-1 – SP, e do CPF nº 562.489.468-68 e Olivier Negri Filho, brasileiro, maior, viúvo, Diretor de Escola, residente à, portador da CIRG. nº e do CPF nº, que o presente subscrevem, vêm respeitosamente à presença da Comissão da Verdade do Município de Mauá, solicitar e expor o que segue abaixo:

Recebemos, com orgulho, convite da Comissão da Verdade do Município de Mauá para prestarmos depoimentos relativos ao período da perseguição política durante o Regime da Ditadura Civil Militar no Brasil, somos anistiados políticos.

Nós, como outros tantos companheiros de nossa cidade de Mauá e circunvizinhos do Grande ABC Paulista, somos alguns anônimos que restaram da geração dos anos 70, que sonhavam, junto com o povo, fazer deste País um Brasil livre, soberano, democrático e independente; sonho este que continuamos a perseguir. A



**CÂMARA MUNICIPAL DE MAUÁ
S.P.**

luta contra a Ditadura Militar nos anos 1.970, teve grande expressão na cidade de Mauá e Região.

Esta região foi palco de lutas, prisões e mortes. Integrantes que fomos da Ação Popular – AP; somos dezenas de trabalhadores e trabalhadoras, estudantes, professores, donas de casa e tantos outros da sociedade. Nossa região é o berço e nascedouro do ex-Presidente do Brasil, Sr. Luis Inácio Lula da Silva, o que muito nos orgulha.

Vimos então solicitar da Comissão da Verdade do Município de Mauá que nos auxilie no encaminhamento ao Ministério da Justiça - Comissão de Anistia – Brasília – DF., pedido de CARAVANA DA ANISTIA, em nossa cidade, pois é grande o número de processos em andamento no Ministério da Justiça em Brasília, ainda aguardando julgamento, conforme relação que segue anexo ao presente.

Nosso pedido de julgamento dos processos, vem de encontro ao trabalho realizado pela Comissão Nacional da Verdade, bem como, e especialmente neste ato pela Comissão da Verdade do Município de Mauá; nosso pronunciamento é a nossa base para relatar torturas, perseguições, mortes e outros fatos, relatos estes de todos os que estiveram nos porões da Ditadura Civil Militar no Brasil.

Na cidade de Mauá temos como data base o ano de 1.970, ano de diversas prisões, torturas, tudo contido em nossos processos; todos dentro do período abrangido pela Lei 10.559 de 13 de novembro de 2.002, ou seja, de 18/09/1946 a 05/10/1988.

Quem somos? Perguntarão V.Sas.. Somos alguns anônimos que restaram da geração dos anos 70 que sonhavam, junto com o povo, fazer deste País um Brasil livre, soberano, democrático e independente.

Durante todos estes anos não nos furtamos de levar às escolas municipais, estaduais, federais, escolas particulares, associações, sindicatos, a história de nossa resistência contra a ditadura civil-militar.

É nosso objetiv, contar para os jovens trabalhadores e estudante, o que a Ditadura Civil militar fez com as gerações passadas, o que temos feito com sucesso, haja vista o grande número de palestras em que participamos e temos feito com orgulho.

Por que do pedido da Caravana da Anistia em Mauá? Nos idos anos 70 éramos jovens, muitos à época tinham menos de 18 anos; hoje temos e somos famílias formadas, envelhecemos como faz parte da natureza, a grande maioria com mais de 60 anos de idade; gostaríamos de ter nossos processos julgados, não cobramos do governo federal nossa participação os idos anos 70, mas, sim, o direito que a



**CÂMARA MUNICIPAL DE MAUÁ
S.P.**

lei 10.559 de 13/11/2002 nos oferece, lei esta que o Congresso Nacional aprovou, medida provisória nº 65-, de 2002 – Emenda Constitucional nº 32.

Para reiterar nosso pedido juntamos ainda cópia do processo 79.118 – Moção nº 89/10 – de 19 de Outubro de 2.010 – assinado, que se encontra por todos os vereadores da cidade de Mauá, à época da sessão que formalizou, e aprovou por unanimidade o pedido da Caravana da Anistia, encaminhado ao Ministério da Justiça.”

A Sra. MARIA JULIA DE OLIVEIRA LOBO – Vou passar para o Presidente da Mesa o nosso ofício para ser encaminhado.

O Sr. PRESIDENTE – Eu recebo a solicitação, solicito que seja autuado o presente documento e, após, seja providenciada cópias para a Sra. Júlia e seja também juntado ao processo 82.275 para todas as providências cabíveis.

Agora, dando prosseguimento à Comissão da Verdade, eu quero franquear a palavra à Sra. Raquel Quintino, professora mestre da Faculdade Fama, que tem sido uma árdua defensora também no resgate da memória da nossa cidade para que faça algumas considerações.

Professora, a senhora tem 05 minutos.

A SRA. RAQUEL QUINTINO – Boa noite a todos e todas. Eu quero agradecer o convite.

Estive presente na outra audiência, que foi um momento muito importante para a nossa cidade.

Quero ressaltar a importância da Comissão da Verdade, essa iniciativa que poderia não acontecer se não houvesse compromisso, se não houvesse a comprovação da importância de a gente ressaltar o papel da nossa cidade de Mauá na construção de um país mais democrático.

Nós que somos daqui de Mauá somos frutos dessa luta, nós que somos da cidade de Mauá o tempo todo crescemos com companheiros e companheiras envolvidos na luta pela democratização.

Somos pobres, vimos de vários lugares e por isso mesmo precisamos, somos obrigados o tempo todo, a estarmos engajados, porque senão seremos mortos, porque senão seremos torturados o tempo todo como ainda continuamos sendo pela força do capital.



CÂMARA MUNICIPAL DE MAUÁ S.P.

O trabalho que a gente vem fazendo na Faculdade Fama é poder respeitar e dar continuidade a esse sofrimento e a essa luta que esses companheiros, que têm todo o meu respeito – Olivier, Júlia, Padre Praxedes – e tantos outros que estão mortos – Raimundo, Olavo Hansen e outros que são daqui de Mauá – e que têm a mesma importância que Vladimir Herzog e tantos outros que são tão conhecidos.

Mas nós que somos de uma cidade periférica, às vezes esquecemos de referenciar a nossa própria importância.

Então, essa é a verdade. A verdade é que a cidade de Mauá tem um papel fundamental na história do nosso país, e que nós operários e trabalhadores somos peças fundamentais para o desenvolvimento deste lugar.

Eu quero dizer também que nós que estamos aqui, meus queridos alunos e alunas, que estão descobrindo e, de certa forma, dando continuidade a essa luta. O nosso compromisso e o nosso respeito é continuar denunciando o extermínio da juventude negra, olhar para o número de mortes.

Nós temos aqui em Mauá o cemitério Santa Lídia que é um cemitério de jovens, é um cemitério em que as pessoas que estão lá são frutos e vítimas da injustiça social imposta pelo capitalismo. A ditadura do capital que foi colocada lá em 64 continua até hoje e nós temos o dever não só de denunciar, mas de combater essa ditadura em todos os momentos da nossa atuação.

Eu quero dizer a importância do trabalho que começou simples e silencioso no Jardim Zaíra, que foi esse Centro de Memória. Se o Centro de Memória não tivesse articulado todas essas ações, talvez estivéssemos no esquecimento da importância que nós tivemos nesse processo de democracia no nosso país.

E quero dizer que, nós da Faculdade Fama, a nossa tentativa de contribuição é difundir a história daquilo que aconteceu e continua acontecendo. Nós estamos organizando, a partir das pesquisas que a gente vem fazendo – até de forma precária, porque o tempo ali é curto –, mas nós estamos empreendendo a construção de um site, que talvez possa vir a ser uma contribuição também tanto ao Centro de Memória, como à própria Comissão da Verdade, e que se for de interesse da presidência, a gente pode desenvolver uma articulação da produção desse material conjuntamente.

Houve no primeiro semestre um ato que foi de importância para o nosso município, que também tivemos aí importantes depoimentos. E eu acho que o momento agora é de reunir tudo isso num único lugar, de termos então a possibilidade de produzirmos um material, vídeo, mas também livro didático para estar nas escolas. Nós não temos um livro didático que conte a história dos mauaenses nesses processos de luta.



CÂMARA MUNICIPAL DE MAUÁ S.P.

Nós não temos material para difundir, divulgar.

Uma outra ideia que talvez esta Comissão possa apoiar, empreender, além da caravana que é importante, são grafites por toda a cidade. Nós temos representantes aí da Secretaria de Cultura, contando a história de Mauá nos muros, porque a história de Mauá infelizmente parece que ela aconteceu pós-shopping. Muitas pessoas acham que Mauá existiu depois que se instaurou um shopping ali. E nós temos uma história linda de luta de todos os bairros.

Cada vez que um trem para na estação Guapituba, isso é fruto da luta das mulheres do Parque das Américas. Quem sabe disso? Quem conta isso? Quem deveria contar essa história está deixando de contar essa história para fazer o quê?

Essa é a minha pergunta.

Nós moramos em Mauá, e aquela síndrome de quem mora na periferia, que tem vergonha, que tenta esconder, que tenta omitir, vai se perpetuar enquanto nós não pararmos para valorizarmos as riquezas. Os grupos de teatro do Augusto Boal, do teatro da libertação, está na biografia do Augusto Boal.

Então, quando você vai ler a história do Betinho, a história do Augusto Boal, a história de tantas outras pessoas importantes que são reverenciadas nacionalmente, Mauá tem o seu histórico. Quando a Ditadura Militar aconteceu, os militares vieram aqui para a RECAP, porque a gente sabe que o interesse é do capital, e o petróleo é o sangue do capital. E eles vieram primeiro para cá para fazerem o controle.

E a gente tem que então olhar para nós mesmos com muita alegria, olhar para nós mesmos com muito orgulho e contarmos a história para as nossas crianças, contarmos com orgulho que nós temos um grupo de catira, um grupo de samba lenço, uma banda Lyra, e tantos outros patrimônios desconhecidos e quase secretos. Por que a gente está referenciando o quê?

Então, nós temos uma Faculdade, um centro de conhecimento, e não temos uma faculdade pública – e deveríamos ter. Porque a UFABC é de todo o ABC, e por que não temos uma universidade federal do ABC para ser, inclusive, a sede do centro de memória.

Então, nós, você que é da cidade de São Paulo tem a alegria de poder estar em uma metrópole em que as coisas fluem, acontecem com dificuldade, mas acontecem. Quem é da periferia é preciso lidar até com uma sensação, até com uma vergonha de infelizmente olhar para si mesmo e falar: “Nossa, aqui não tem nada, aqui não acontece nada, nós não temos história”.

E nós somos um povo de luta. A gente ia no catecismo – eu estava conversando com os alunos – e a gente aprendia com os padres a importância de se organizar, a importância de se participar. A gente ia para a escola, e eu também



CÂMARA MUNICIPAL DE MAUÁ S.P.

estudei aqui no Viscondão, e a gente aprendia com os professores – eu tive aula com o Afonso Klein, que infelizmente saiu de Mauá agora – a importância de participar, a importância... E a gente vai dando continuidade, porque a gente tem respeito ao que viveu e ao que sofreu, ao que apanhou e ao que morreu em nome da luta por um país melhor.

Então, o nosso compromisso é dar continuidade. É dizer que continuam organizados os moradores da cidade, e que o Legislativo, e que o Executivo, e que o Judiciário, têm obrigação de lutar para que Mauá seja o espaço do conhecimento do passado, do presente e do futuro.

E que a gente tenha oportunidade de se desenvolver, porque quem é pobre não tem oportunidade de se desenvolver, porque as estruturas não estão ao nosso favor, pelo contrário, ainda estão na busca de tentar cercear as oportunidades que a gente tem para o desenvolvimento.

Então, a verdade que esta Comissão precisa dizer e difundir é essa de que Mauá é um lugar maravilhoso, de que os mauaenses são pessoas de luta, porque o ABC é o celeiro da luta do Brasil, e que se essa verdade não for todos os dias dita, nós vamos achar que somos pessoas de segunda categoria, e não somos!

Muito obrigada, agradeço a todos e a todas.

Boa noite.

O Sr. PRESIDENTE – Muito obrigado, professora Raquel.

Nós vamos agora... Nós já ouvimos todos os depoentes, os depoimentos desta noite, nós vamos franquear a palavra para que se algum dos senhores ou das senhoras quiserem fazer uma reflexão sobre o que foi, sobre esse momento da ditadura militar aqui na nossa cidade e no país, então, está aberto.

O microfone está ali, se alguém quiser fazer alguma reflexão, algum comentário, nós pedimos que sejam breves.

Dois minutinhos para pergunta, para que a gente... Não é pergunta, é para reflexão. Porque na realidade foram depoimentos que foram taquigrafados, foram registrados, mas a gente quer dar a possibilidade de vocês fazerem reflexões, comentários a respeito da ditadura militar em Mauá e no Brasil.

Então, o funcionário da Câmara está ali com o microfone, se alguém quiser fazer o uso da palavra...

Sr. Lourival?

O SR. LOURIVAL – Boa noite a todas e a todos. Mesa, meus cumprimentos. Boa noite.



CÂMARA MUNICIPAL DE MAUÁ S.P.

Minha declaração de respeito aos que partiram nesta luta e aos que estão aí. Sr. Hélio, eu não lembro o nome dos outros... O Padre, e tudo.

Presidente, eu quero sugerir aqui a V. Exa., embora pareça incoerente, a fazer uma audiência pública ligando a tortura, essas coisas do passado, com as de hoje – como citou o senhor Hélio. E fazer por um tempo mais prolongado, para nós aqui, a reles, não ficar condicionada a excessivos 02 minutos. Que eu acredito que aqui tem pessoas que têm verdades, coisas fundamentadas, para serem ditas e serem levadas em conta.

E eu faço um apelo a V. Exa. que me permita prolongar mais um pouco. O que eu quero dizer, o senhor Hélio já sabe, o Padre... O senhor disse, Padre, e claro, perfeito, eu não estou aqui para dizer para um Padre que o que ele falou é perfeito, quem sou eu, não é? De que quem faz a luta tem que estar ao lado daquele que está sofrendo aquela causa.

Eu quero dizer para o senhor, Padre, e a todos da Mesa, e ao público presente, que – modéstia a parte – eu aqui em Mauá faço a luta sem nenhuma estrutura, sem nenhum recurso, ao lado daqueles que foram citados por alguns aí, por último pela professora da FAMA, que sofrem as conseqüências das ditaduras de hoje, ditadura trazida pelo capital, ditadura essa que continua sendo imposta e quem sabe, talvez, até de uma forma mais profunda, criando exclusões, exclusões bárbaras, desumanas, do lado econômico, que traz por conseqüência todas as outras.

E qual é o veículo desta luta minha?

Aqui em Mauá, eu falo para a Mesa, falo para o público presente: temos uma associação legítima, verdadeira. Tão verdadeira e tão natural como a água que brota da fonte. Associação dos comerciantes da economia informal. O núcleo formador dela foram os ambulantes.

Padre, autoridades da Mesa, representante do Prefeito lá da capital, só depois que a gente convive com estas pessoas é que a gente vai ter consciência da profunda exclusão que essas pessoas vivem. E a essas pessoas aqui em Mauá é dito sempre o NÃO.

Eu, como presidente dessa associação, estou... Sou (inaudível) para o diálogo, sempre. Mas, infelizmente, nas conferências aqui, o tempo que nós temos, que a sociedade civil tem, são esses dois minutos. O senhor me desculpa, Presidente, mas verdades têm que ser ditas.

Então, como eu ia dizendo, eu proponho uma Comissão destas daí, uma Audiência Pública mais ampla, que sejam pelo menos 24 horas. Tem tantos eventos que são dois dias e ate mais, eu já participei de eventos... (palmas).



CÂMARA MUNICIPAL DE MAUÁ S.P.

Essas palmas não são para mim, são para todos aqueles vítimas desta situação que eu estou citando aqui, que é uma grande parcela da população brasileira.

Então, como eu ia dizendo, tem eventos que são de 03 dias, e esta Comissão que é tão importante... Primeiro lugar para reverenciar aqueles com respeito, da forma adequada, aqueles que foram... Que veja só, o senhor Hélio, o Padre, o ex-Vereador aí, a ex-vereadora, o Olivier e tudo... Que existe uma diferença de pessoas nesta luta aí. Existem aqueles que lutavam realmente por uma causa social, mudança social profunda no nosso país. Até aí foi citado pela ex-Vereadora Diva a reforma agrária. Eu pergunto: cadê a reforma agrária? Onde ela está? Onde ela está?

Então, grande parcela daqueles que lutavam verdadeiramente, se foram. Mas, imagino que vocês vão concordar comigo, havia aqueles que lutavam apenas para a volta do regime democrático, para obterem o direito de votarem e serem votados, principalmente de serem votados. Então, essa parcela hoje não está muito incomodada com os problemas da base social.

Olha, Mesa, olha, público, a população vive de forma... Uma parcela de forma amedrontada. Os que eu represento, ou tento representar, por incrível que pareça, por absurdo que pareça, problemas, perseguições que acontecem lá com eles, eles não têm coragem de dizer, têm medo. Têm medo das conseqüências, de perseguições, intimidações que podem surgir pra cima deles. À vezes eu falo com eles: “Vamos lá, a gente tem que falar isso, tem que fazer o documento expondo isso”.

“Ah, Lourival, mas...”.

O Sr. PRESIDENTE – Conclua, por gentileza, senhor Lourival.

O Sr. LOURIVAL – ... Eu *esqueci de* dizer o meu nome.

Então, Vereador, para concluir, por gentileza, fica o meu apelo, eu fiz ali uma série de anotações.

Vamos cobrar uma democracia participativa que leva diretamente a cidadania, que é o veículo de nós distanciarmos cada vez mais desta situação que vocês estão aí expondo.

A nossa Constituição Federal determina: as leis referentes aos direitos fundamentais são de aplicação imediata. Quem faz (*inaudível*) pela moradia vê isso, por saúde vê isso, por educação vê isso.

Não vê.



**CÂMARA MUNICIPAL DE MAUÁ
S.P.**

Vamos aprender a cobrar os nossos direitos.

O Sr. PRESIDENTE – Obrigado.

Eu gostaria de perguntar se tem mais algum cidadão ou mais alguma cidadã que gostaria de fazer mais alguma reflexão sobre o período que nós passamos, o período da Ditadura Militar, das perseguições.

Tem mais alguém que gostaria de fazer uma explanação, uma observação a respeito?

Pois não, eu só pediria para a senhora falar o seu nome.

Sr^a DANIELE – Boa noite, meu nome é Daniele, eu sou estudante de Serviço Social da Faculdade FAMA e eu tive a oportunidade de acompanhar com os alunos do curso o projeto que nós estamos desenvolvendo na faculdade que é este resgate da história de luta na cidade.

E é assim, eu gostaria de mais uma vez agradecer.

Nós tivemos a oportunidade de contar com a presença de vários companheiros contribuindo com as histórias deles de luta e resistência.

E dizer, em nome de todos os estudantes, eu acredito que eu falo em nome de todos eles, de que nós estamos aqui mesmo para contribuir no sentido de disseminar a história e não deixar que esta história se perca.

Só isso e muito obrigada.

O Sr. PRESIDENTE – Muito obrigado.

Agora eu vou passar a palavra para o Senhor Olivier Negri Filho para fazer algumas considerações também, antes de nós encerrarmos.

O Senhor tem 05 minutos, Vereador.

O Sr. OLIVIER NEGRI FILHO – Boa noite a todas e a todos.

Eu vou, realmente, ser muito breve, porque as ponderações que foram feitas anteriormente me fizeram regredir pelo menos 50 anos atrás – já estou com 62.

Eu queria dizer da minha satisfação da gente estar podendo contribuir para resgatar esta memória do nosso povo, através desta comissão que está sendo presidida pelo Wagner Rubinelli, que iniciou politicamente,



CÂMARA MUNICIPAL DE MAUÁ S.P.

participando do nosso grupo, com o Reverendo Glênio, da igreja anglicana, o pessoal da comunidade São Paulo Apóstolo do Jardim Zaíra também.

Porque muita gente fala: “Mas e os protestantes participaram da luta?”.

Participaram, sim. Os luteranos participaram, os presbiterianos participaram, os anglicanos, aqui de Mauá foi o Padre Glênio. E nós participamos juntos também nos CEP's, em Santo André, com o Celso Daniel, com o Bruno, com a Marilene Nakano, enfim... Foi assim, um trabalho de construção e que a gente vê os frutos.

O Edgarzinho Grecco, que acabou de sair, quando ele foi Vereador pela primeira vez, ele era da Arena. Arena, partido do Governo.

E ele acabou dando apoio ao movimento sindical arrecadando alimentos para o fundo de greve e começou a se politizar, porque ele freqüentava muito a nossa casa, e meu pai, minha mãe, a gente lá.... Enfim... Eu estou querendo dizer com isso o seguinte, há algum tempo atrás o pessoal falava assim: “Essa juventude alienada só fica no facebook, só fica na televisão, no shopping, são alienados”.

Olha, eu quero dizer que eu realmente discordo radicalmente disso. Alienado é aquela pessoa que se acomodou, entendeu, e desistiu da luta.

Eu sou diretor de escola pública, já estou aí há 38 anos na educação aqui no nosso município, sempre no nosso município e sempre lá no Jardim Zaíra, porque eu moro lá desde 58, sou professor, fui professor no Izilda, fui Diretor no Mercedes, sou Diretor no Iracema Klein.

E ontem os professores lá da escola, de História, de Filosofia, Sociologia, *me* pediram para que eu batesse um papo com os meninos, e alguns adultos, lógico, que nós temos lá o EJA à noite do ensino médio, e tem os garotos do ensino médio. Para falar um pouquinho com eles sobre a Ditadura Militar.

Nós tivemos numa outra oportunidade a visita do Padre Praxedes, da Júlia, da Gilda, também num debate sobre a Ditadura Militar lá no Iracema Klein. E mais uma vez, ontem, eu fiquei extremamente emocionado.

Por quê?

Porque assim, quem estava falando com eles não era o diretor da escola, mas era uma pessoa que mora no bairro, que o pai me conhece, a mãe me conhece, o avô, e muitas vezes o bisavô e a bisavó me conhecem. E eles participaram de uma maneira tão ativa, tão interessados no assunto, na luta que era de ontem, mas que hoje precisa de ter continuidade, que foi uma coisa impressionante.



CÂMARA MUNICIPAL DE MAUÁ S.P.

Tinha lá acho todos os professores dessa sala de aula e os que estavam com aula vaga, os eventuais, estavam lá participando também. Bom, deu sinal e os meninos não queriam nem descer, queriam continuar conversando.

Aí, mesmo assim, eu falei: “Bom, já é um pouco tarde...”.

Descemos lá para o pátio. Bom, eram 10 horas da noite e os meninos nem queriam ir para a sala de aula, queriam conversar sobre a Ditadura Militar, sobre os movimentos populares existentes hoje.

Então, tem uma militância aí que eu faço a minha parte, eu sei que ela é modesta, mas eu dou a minha contribuição no Centro de Memória daqui de Mauá.

Participo também do Memorial da Resistência, que foi criado em Santo André com apoio do sindicato, e com respaldo do Prefeito Grana, que é um cara que eu tenho um respeito profundo, pelo envolvimento que ele tem na luta de resgate, na luta que houve contra a ditadura, e os movimentos...

E o que tem que ser resgatado hoje em termos de desigualdades sociais. Então, eu tenho um respeito muito grande pelo Grana.

E a gente participa lá do Centro de Memória, do Memorial de Resistência lá em Santo André também, e sou diretor da Sabajazac, a gente continua fazendo trabalho social lá.

E paralelo a isso a gente tem procurado contribuir no sentido de que novas lideranças vão surgindo, e que as lutas realmente têm uma conseqüência, não apenas o quebra-quebra, mas a conquista dos direitos da cidadania. Este ano é um ano eleitoral e nós temos a obrigação de mostrar para os nossos jovens que o voto tem que ser consciente.

E sobretudo quero concluir dizendo da minha grande satisfação de estar aqui com o Padre Praxedes que foi um dos meus principais mentores. Lógico, eu não aprendi nem 10% de todo ensinamento que ele pode transmitir, porque eu não sou muito inteligente, não. Mas o pouquinho do que eu aprendi com ele, eu tenho procurado estar transmitindo e eu espero só parar de lutar contra as desigualdades, as injustiças neste país, no dia em que eu morrer.

Aí não tem jeito. Outros virão e me substituirão com certeza. Eu já tenho duas lá que são mais ou menos guerrilheiras – não é, Wagner? – elas não estão aqui hoje por problemas, outros problemas, mas tenho duas guerrilheiras, aprendizes de guerrilheiras, lá em casa.



**CÂMARA MUNICIPAL DE MAUÁ
S.P.**

Então, boa noite, muito obrigado. É uma satisfação muito grande poder contribuir.

(Palmas)

O Sr. PRESIDENTE – Muito obrigado, Vereador Olivier.

Eu quero agradecer a presença e a inestimável participação dos depoentes desta audiência pública que tomaram assento em lugar de honra e destaque: a ex-Vereadora Diva Alves, o senhor Hélio Jerônimo da Silva, o senhor Luiz Soares da Cruz, o ilustríssimo Padre Walfrides Praxedes, o meu amigo Vereador Olivier Negri Filho, a senhora Júlia, a professora Raquel – que fez um belíssimo discurso, parabéns.

Quero agradecer a cada cidadão, a cada cidadã, que participaram aqui nesta noite desta audiência pública.

Chegamos ao final desta audiência pública, que tratou de registrar o depoimento de pessoas que sofreram durante o período da Ditadura Militar no Brasil . O material registrado será remetido à Comissão Nacional da Verdade, em Brasília.

Em nome dos membros da Comissão da Verdade de Mauá e de todo o legislativo mauaense, agradeço a presença de todas as autoridades que estiveram aqui conosco, dos depoentes, de vocês, munícipes presentes. Agradeço também aos servidores desta casa e demais pessoas que contribuíram para a realização deste evento.

Muito obrigado a todos vocês.

Declaro encerrada a presente audiência pública.

Muito obrigado e que Deus abençoe a todos nós.

LEVANTA-SE A SESSÃO – 21h40min